

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

**CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR:
EM DEBATE AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

**Autora: Maize Lizandra Nunes da Luz
Orientadora: Dra. Elisângela Maia Pessôa**

SÃO BORJA/RS

2014

MAIZE LIZANDRA NUNES DA LUZ

**CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: EM DEBATE AS
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Dra. Elisângela Maia Pessôa

**São Borja
2014**

MAIZE LIZANDRA NUNES DA LUZ

**CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: EM DEBATE AS
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27 de março de 2014

Banca examinadora:

Prof. Dra. Elisângela Maia Pessôa
Orientadora
Unipampa

Prof. Dra. Jaina Raqueli Pedersen
Unipampa

Prof. Me. Mariléia Goin
Unipampa

Dedico este trabalho a minha amada e preciosa família.

AGRADECIMENTOS

Confesso que fui muito relutante em iniciar a escrita dos agradecimentos. Talvez por ser essa a última parte de escrita do TCC, o que significa que está tudo terminando, TCC e graduação. Em primeiro lugar, agradeço à Deus, por toda a força dada durante estes 4 anos de universidade, só nós dois sabemos a quantidade de sentimentos que passaram dentro de mim.

Agradeço minha linda e preciosa família. Sempre unida, apesar de todos os desencontros que a vida insistiu em colocar nos nossos caminhos. Hoje todos unidos novamente, felizes, saudáveis e com muito amor “está família é muito unida e também muito ouriçada, brigam por qualquer razão, mas acabam pedindo perdão...”. Obrigada por sempre acreditarem em mim, por sempre me apoiarem e me respeitarem, mas principalmente por me amarem. Obrigada ao meu pai Luis, por sempre acreditar em mim, nunca vou esquecer do senhor me dizendo: “filha, eu vou estar do teu lado e te ajudar, pois quero que tu sejas a melhor no que tu escolhes-te ser”. Eu te amo muito “véio”!

Obrigada a minha mãe, Mara. Sempre me orientando e incentivando a leitura e aos estudos. Lembro dos diversos livros que me presenteava quando eu era criança e dos perrengues que passávamos quando cursava a tua graduação. Recordo das noites que ficava acordada só para te esperar chegar da faculdade e da felicidade que sentia quando te abraçava. Hoje é o inverso, tu que me espera, mas a felicidade é a mesma. Obrigada por sempre ficar do meu lado, em todos os momentos. Obrigada pelos puxões de orelha (que foram muitos) e por me amar incondicionalmente! Eu te amo muito, Momys!

Agradeço também aos meus irmãos, Luiz e Loize, por trabalharem muito para que eu pudesse me manter fora de casa e por serem essas pessoas incríveis, que tanto “me brigam” e me amam! Obrigada ao Maurizio e a Luiza, por serem os irmãos mais novos, mais chatos e ao mesmo tempo mais legais que alguém pode ter. Mesmo com as inúmeras diferenças, sempre nos descobrimos parecidos. Obrigada pelas piadas, deboches, risadas e brigas. Claro, não poderia esquecer jamais, da minha afillhada Cecília. A Didi te ama muito e agradece por ser muito amada por ti, minha pequena florzinha. Obrigada por ter trazido a minha vida a alegria e inocência da infância.

Obrigada a minha falecida avó Reneé, queria que a senhora estivesse presente neste momento tão feliz da minha vida. Afinal, era a senhora que sempre me dizia: “filha, estuda bastante para não ter que depender de ninguém”, a senhora faz uma falta enorme. Obrigada a minha avó Nilza, por ser essa pessoa humilde, engraçada e forte, tenho muito de ti em mim. Obrigada aos meus avós de coração, Vô Gerson e Vó Negra, por sempre estarem presentes, vocês me proporcionaram a melhor infância do mundo e me amaram como se fosse da família. O laço que tenho com vocês é uma das coisas mais lindas da minha vida. Amo vocês.

Obrigada ao meu amigo e irmão Charles Hoepner, nem sei o que dizer de ti. Tu foste uma das coisas mais incríveis que me aconteceram durante a graduação! Obrigada por sempre estar do meu lado, mesmo quando eu estava errada (poucas vezes, pois estou sempre certa), obrigada por sempre me incentivar, por acreditar no meu potencial. Obrigada pelos abraços e risos compartilhados. Obrigada por ser esse chatão, que vive me colocando apelidos absurdos! Foram muitos os puxões de orelha, conversas e telefonemas intermináveis, os estudos até altas horas na Universidade, as experiências e medos compartilhados. Nada que eu escreva poderá descrever as nossas aventuras e histórias (que foram muitas!). O carinho, amor e respeito que tenho por ti são enormes, tu sabe disso! Agradeço por me deixar fazer parte da tua vida. Te amo, I Love you so much!

Obrigada ao meu amigo e irmão Tiago Andrade, por ter me aguentado por 2 dois anos e meio morando juntos. Tu és um guerreiro só por me aguentar! Tiago, obrigada por todas as nossas conversas loucas, por todos os abraços e birras. Certamente, o que faz a nossa amizade dar tão certo, são as nossas diferenças e o respeito mútuo. Tu és um dos caras mais legais que eu conheço, mais mala também. Eu vou te ligar para todo o sempre de manhã e de noite para saber por onde tu andas, por que eu sou dessas que gosta de ficar sabendo de tudo a teu respeito! Obrigada pelos risos, deboches (que não foram poucos!), obrigada pelos almoços e jantas, pelos doces. Obrigada por me deixar fazer parte da tua história e por me fazer feliz! Te amo muito meu amigo, T.

Agradeço a minha melhor amiga e irmã, Vanelise Aloraldo, por ser essa pessoa meiga, queridona e chatona! Guria, lembro-me do dia em que te conheci, logo de cara pensei que nós nunca seríamos próximas. Mas, te descobri minha melhor amiga! Sempre companheira, incentivadora, humilde e respeitosa. Obrigada pelas discussões feitas, pelos embates, pelas dúvidas tiradas, pelo choro, segredos

e medos compartilhados. Obrigada por ser essa pessoa tão meiga, certamente, peguei de ti um pouco de meiguice e humildade. Tão diferentes e opostas e ao mesmo tempo, tão parecidas. As melhores amizades são assim mesmo, só dão certo quando um completa o outro. Aprendi e ainda vou aprender muito contigo, minha amada amiga, te amo muito.

Agradeço a minha grande amiga, de longa data, Jessica Gomes. Por todas as risadas, bebedeiras, deboches, piadinhas (sem graça), caminhadas até Artigas, nos invernos. Carnavais, cursinho, choros e medos. Tu fazes uma falta enorme para mim, toda vez que vou à Quaraí e tu não está lá para me ligar e dizer: “Vamos assistir o jogo do Grêmio? Eu faço o mate!”, saudades de ir até a tua casa, bater na porta e ficar tapando o olho mágico, só para ti ficar p* da vida. Saudades desse teu mau humor, que te faz única. Minha amiga, muito das minhas conquistas e desafios superados, tiveram tua contribuição, obrigada! Te amo muito.

Agradeço a minha amiga e colega Mariléia Goin. Nem sei por onde iniciar, talvez pelo início da nossa história. A primeira vez que te vi em sala de aula, pensei “Essa moça, tão nova vai me dar aula?”, dois minutos depois de eu pensar isso, a aula teve início e eu já havia mudado meu pensamento “Meu Deus! Até que enfim vou entender isso!”, você foi umas das melhores professoras que eu tive durante a minha graduação, e claro, a melhor professora merece a melhor bolsista (eu). Se não fosse pelos meus três amigos inseparáveis (Charles, Vane e Tiago), me empurrarem (literalmente) para a roda de conversa em que a senhora estava, talvez eu nunca tivesse tomado coragem de ir pedir para ser sua bolsista. A felicidade e animação que eu senti quando a senhora disse: “Claro, vai ser um prazer te ter como bolsista”, ai prof. Mariléia, foi uma sensação única. Ali se iniciava uma longa trajetória ao teu lado, de muito crescimento pessoal e profissional. Nossa relação, ao longo desses dois anos, só se fortificou e, hoje, não te considero só a minha Prof. Mariléia, mas sim, a minha AMIGA Mariléia, com quem eu divido conversas e risos. Muito, muito obrigada por todas as oportunidades dadas, por todos os telefonemas e mensagens, sempre se recordando de mim. Eu te amo, admiro e respeito muito professora, afinal, o que seria de mim sem você? Obrigada por me deixar fazer parte da tua história.

Agradeço a minha linda, querida e guerreira orientadora Elisângela Maia Pessôa. Prof. Elis, para mim você é um grande exemplo a ser seguido! Sempre muito competente em tudo o que faz e sempre disposta a me ajudar, nunca se

negou a nada. Agradeço por todas as conversas engraçadas e sérias na hora do almoço e na sua sala da coordenação, obrigada por confiar e acreditar em mim. Obrigada por ser essa pessoa tão linda, ética e disposta mesmo com um turbilhão de coisas para administrar. Te adoro e respeito muito!

Agradeço a minha Supervisora acadêmica e orientadora de TCC I, Prof. Jaina Pedersen. Lembro quando a senhora chegou na universidade e me disseram “a professora nova discute sobre criança e violência sexual”, fiquei super curiosa e animada para te conhecer! Obrigada por sempre me tratar com respeito e carinho, mesmo quando eu incomodava, já antes do estágio I, nos corredores te atacando e dizendo “eu vou fazer estágio no CREAS e a senhora vai ser minha supervisora acadêmica”. Nada era certo naquela época, somente a minha vontade de ter você como supervisora. Quando tudo finalmente se acertou, e eu dei início as minhas supervisões, eu vi que não poderia ter pessoa mais apta para me supervisionar. Jaina, obrigada pelas conversas intermináveis sobre estágio e TCC. Quantas vezes ficamos até altas horas na Universidade, sem nem perceber o tempo passar?! Obrigada por me ensinar, acreditar em mim e me orientar. Te adoro muito.

Agradeço aos meus amigos, Alexandre Alegre, Natiele Machado, Rithiele Gonçalves, Bruna Alessandra e Fatima Othman por todos os momentos alegres que vocês me proporcionam, sei que nos últimos tempos estivemos afastados, porém sei também, que vocês entendem a minha ausência. Obrigada aos amigos feitos em São Borja, feitos na Unipampa ou por intermédio dela: agradeço ao Lucas Bertuol (amado, sincero e meu “best friend”), sempre me recepcionando muito bem, me tratando com todo o respeito e carinho. Agradeço ao meu querido e mais chato amigo, Vinicius Lara. Amo teus abraços, teu riso com “ronquinho”, o teu “Mai vem cá, tenho uma coisa para te mostrar”, te adoro muito; William Magalhães (meu amorão), Clarissa de Paula, minha colega de supervisão de estágio e grande amiga que fiz durante a graduação, pessoa com quem sempre consigo trocar muitas ideias e rir muito; Kairo Queiroz (o RP mais lindo do mundo), Leonardo Marion (a pessoa mais “ridícula” que eu conheço), Anelice Belmonte (a chata mais chata), Juliana Macedo (a minha Pessegirl linda), Jonatan Ariel, por toda a dedicação e ajuda dada nestes últimos momentos de graduação; Danilo Jovino e Daiane Gampert (o casal mais lindo da Pampis), Lorraine Inácio (a mais fofa e linda), Caroline Miranda (insuportável), Suelen Andrade (a mais meiga, chatinha e implicante), Carlos Viana (sempre me fazendo rir). Agradeço aos jornalistas mais legais da Pampis: Nycolas

Ribeiro, Renan Guerra e Phillipp Gripp. Obrigada aos ex-estudantes de jornalismo, que hoje seguem outros rumos, porém foram sem dúvidas parte essencial da minha caminhada: Beatriz Wardzinski e Gian Fachini, saudades das nossas caminhadas pela madrugada e conversas loucas, saudades dos filmes e pipocas do Gian lindo, com direito a cobertura de chocolate, saudades e mais saudades, adoro muito vocês.

Obrigada a minha “mãe” Rita, que foi uma mãezona para mim aqui em São Borja, inúmeras invasões na tua casa para fazer cafés, muitas conversas, segredos, puxões de orelha, gargalhadas maravilhosas, que tanto encantam e enchem de alegria meu coração. Tu é uma pessoa muito especial para mim Ritinha, espero ter você por perto sempre, te adoro muito.

Obrigada ao Ronaldo e ao “Seu” Adão, que sempre me recepcionaram com lindos sorrisos na Unipampa. Obrigada ao Paulinho, que tanto me ajudou mesmo quando os favores pedidos não eram sua atribuição, obrigada pelo carinho e sorrisos! Obrigada a Ione, que sempre me recebeu com almoços e lanches maravilhosos e acompanhou minha caminhada de estágio e tcc, sempre preocupada com o meu bem-estar.

Claro, agradeço a um grupo que me aproximei muito no último semestre: Luis Manoel, obrigada por toda a paciência que teve comigo, obrigada por ser meu amigo e em momento algum me deixar na mão, te desejo todo o sucesso do mundo! Obrigada a minha amiga Francielle Bassante, com quem me reaproximei muito, hoje eu consigo ver os motivos de tu ter se tornado minha amiga logo no início da graduação. Mulher, te desejo toda a felicidade e sucesso, tens capacidade para ir onde quiser. Obrigada Gabriel Brandão (Bielzinho) por ser sempre esse querido comigo, tu és, um cara super gente boa e adorável, continua sempre com essa humildade e querideza. Obrigada ao Jean, que mesmo não falando muito, quando fala consegue me fazer rir muito; Obrigada a minha companheira de supervisão acadêmica: Priscila Amaral, primeira pessoa com quem falei, no primeiro dia de aula! Foram muitas as histórias e choros compartilhados durante o estágio, certamente tudo ficará na memória. Adoro e admiro TODOS vocês, muito sucesso para nós!

Agradeço aos três caras mais insuportáveis que a Unipampa poderia ter me apresentado: Nizar Amin, Paulo Martins e Jader Barcelos. Meninos, vocês certamente vão fazer muita falta, as impicâncias e gargalhadas compartilhadas ficarão no coração. Nizar, obrigada por ser esse amigo querido, que tanto me faz rir, já percebeu que sempre que estou contigo, eu dou gargalhada? Isso é sinal de

amizade verdadeira! Te adoro muito, agora VAZA! Paulo, obrigada por todas as trocas, experiências e aprendizados. Obrigada por me apoiar, tentar me ensinar alguma coisa (eu que sei de tudo) e por ser tão querido. Jader, obrigada por sempre me fazer rir e implicar comigo, mesmo tu conseguindo me tirar do sério, eu te adoro!

Agradeço a equipe do CREAS/SB, equipe composta por profissionais super competentes que admiro e respeito muito, obrigada por terem me recebido de braços abertos, por me respeitarem e por acreditarem no meu potencial e para além disso, por terem me incentivado todos os momentos. Obrigada Suelen Gonçalves, sempre me tirando dúvidas sobre legislação; Patricia Fagundes, mesmo me chamando de “praga”, eu sei que tu me adora de montão!; Mariana de Sá, responsável pelas medidas socioeducativas, sempre me apoiou, incentivou com o grupo Adolescendo. Um obrigada especial a Psicóloga mais grávida do mundo, Catielle Flôres. Moça, já te disse umas três vezes e vou ter que repetir “tu és uma profissional incrível!”, obrigada por sempre me ouvir, aconselhar e me incentivar! Agradeço a melhor supervisora de campo do mundo: Evelise Freire Azambuja, obrigada por ter me aceito como estagiária, por me incentivar e acreditar em mim, se hoje, eu tenho todo um amadurecimento, tenha certeza que tem muita contribuição sua. Muito obrigada, por estar sempre disposta, por me cobrar cada minuto de estágio, por tentar me fazer presente em todas as atividades da instituição, obrigada por me fazer sentir parte da equipe CREAS. Te adoro e admiro muito, és um exemplo de profissional a ser seguido!

Agradeço também a equipe da Biblioteca da Unipampa, por sempre me receberem com sorrisos e carinho, obrigada pela paciência, Dayse, Dilva, Eufrásia e a minha grande amiga, sempre presente em todos os momentos de estágio e TCC: Rafaela Corrêa. Rafildis, obrigada pelas caronas, pelas cantorias, pelos picolés, pastéis e risadas compartilhadas, eu te adoro e admiro muito, tu és muito, muito, muito especial para mim! Te adoro MUITO.

Agradeço também aos professores da Unipampa, que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação: Jorge Alexandre, Walter Cruz, Viviane Borges, Cristina Kologeski e Davide Carbonai.

Obrigada a todos que fizeram parte deste processo. E sigamos na luta!

Profissional, Incondicionalmente!

Ser amigo da Criança,
acreditar no que diz,
ter sempre muita esperança,
ser alegre e aprendiz.
Assumir o compromisso da verdade,
do amor e da justiça.
Cultivar a lealdade,
ser sincero, por premissa.
Acolher.
Ouvir e acreditar.
Estudar e pesquisar.
Ser competente.
Crer ...
e muito amar,
eternamente!
Este é o mandamento,
a base de toda ação
de quem tem por fundamento,
ser fiel ao coração!
Servir à causa da Criança,
não apenas num momento,
mas para sempre
e com PAIXÃO!

Mariza Silveira Alberton

RESUMO

O presente trabalho tem como temática de debate a violência sexual intrafamiliar cometida contra crianças. O estudo apresenta relevância à medida que busca realizar análise quanto à constituição das famílias das vítimas a fim de buscar indicativos quanto ao cenário que perpetua a violência. O trabalho objetivou “analisar como estão constituídas as famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar atendidas pelo CREAS de São Borja para compreender os processos que interferem no contexto familiar contribuindo para reprodução da violência”. A análise dos casos deu-se a partir dos atendimentos realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social em 2012 e 2013. O estudo caracteriza-se enquanto pesquisa bibliográfica e documental de tipo qualitativa orientado pelo método crítico-dialético. Os documentos balizadores da análise constituíram-se de materiais construídos durante o processo de estágio I e II, bem como dos relatórios, estudos sociais, prontuários arquivados no CREAS a partir do registro de seis casos de violência sexual intrafamiliar atendidos. Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizados autores que trazem como discussão os temas centrais deste estudo: família, criança e violência sexual intrafamiliar. Para análise de conteúdo, utilizou-se de análise de conteúdo baseada no método de Gil. Com base nos resultados obtidos, percebe-se que a violência sexual, ainda é algo muito complexo e deve ser cada vez mais estudado pela categoria profissional. Foi evidenciado como expressões da questão social, na dinâmica familiar a violência estrutural, violência sexual, precarização do trabalho, baixa escolaridade, rompimento de vínculos, risco social, etc. Viu-se que as famílias estão constituídas por poucos membros, recebendo benefício assistencial o que denota vulnerabilidade econômica. A violência sexual ocorreu de formas diferentes e por pessoas diferentes, todas próximas as vítimas. Fica evidente que o cenário da violência sexual ainda é envolto por situações de culpa e reprodução das mais variadas formas de violência. Apesar da violência, a maioria das famílias conseguiu se reestabelecer. Esta situação se dá pelo atendimento e acompanhamento recebido e pelos vínculos tradicionais familiares já estabelecidos. Vê-se a necessidade da categoria profissional dos assistentes sociais problematizarem a importância dos registros profissionais, com vistas a contribuir para o entendimento desta temática, assim como para preservar o resguardo profissional e dos sujeitos atendidos.

Palavras-chave: Família; Violência Sexual Intrafamiliar; CREAS.

ABSTRACT

The present work has as its theme the debate on domestic sexual violence committed against children. The study has relevance as it seeks to perform analysis on the Constitution of the families of the victims in order to get the indicative scenario that perpetuates violence. The work aimed to "analyze how are formed the families of the child victims of domestic sexual abuse served by the CREAS of São Borja, to understand the processes that interfere in the family context contributing to reproduction violence". The analysis of the cases came from the services performed in Specialized reference Center for Social assistance in 2012 and 2013. The study characterized as bibliographical research and qualitative type documentary directed by dialectic-critical method. The documents underpinning the review materials were built during the process of stage I and II, as well as of the reports, social studies, records filed in CREAS from the record of six domestic sexual violence cases attended. For the literature search were used authors who bring as arguing the central themes of this study: sexual violence, child and family intrafamily. For analysis was used based on content analysis method of Gil. Based on the results obtained, one realizes that sexual violence, is still something very complex and must be increasingly studied by professional category. Was evidenced as expressions of the social question, on family dynamics to structural violence, sexual violence, precarious work, low schooling, disruption of ties, social risk, etc. It has been seen that families are composed of few members, receiving welfare benefit which denotes economic vulnerability. Sexual violence occurred in different ways and by different people, all close to the victims. It is evident that the scenario of sexual violence is still shrouded by guilt and reproduction of various forms of violence. Despite the violence, most families managed to re-establish, this is for servicing and follow-up received by traditional family ties and already established. See if the need of the Professional category of the social workers problematizarem the importance of professional records, with a view to contribute to the understanding of this issue, as well as to preserve the professional guard and of the subjects addressed.

Keywords: Family; Intrafamiliar sexual violence; CREAS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parentesco do agressor com a vítima	49
--	----

LISTA DE SIGLAS

CF 88- Constituição Federal de 1988

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCG- Disciplina Complementar de Graduação

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA- Liberdade Assistida

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PROUNI- Programa Universidade para Todos

PSC- Prestação de Serviço Comunitário

REUNI- Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	19
2.1	Método crítico-dialético	20
2.2	Pesquisa e coleta de dados.....	22
2.3	Técnica de análise dos dados	25
3	VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: A FAMÍLIA COMO FOCO DO ESTUDO.....	27
3.1	Interfaces da constituição familiar	27
3.2	Violência Sexual Intrafamiliar: causas e consequências.....	32
3.3	Políticas de Atendimento a família em situação de violência sexual intrafamiliar.....	41
4	A CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: O RESULTADO DO ESTUDO	46
4.1	Caracterizando as famílias atendidas pelo CREAS em situação de violência sexual intrafamiliar	46
4.2	Atendimento frente às expressões da questão social da violência sexual intrafamiliar.....	51
4.3	A intervenção do Assistente Social junto a famílias em situação de violência sexual intrafamiliar	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICES	83

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Relatório Disque Direitos Humanos (2011), 78% das vítimas de violência sexual são do sexo feminino. Neste mesmo relatório, a categoria violência sexual está dividida em subcategorias: exploração sexual; tráfico de crianças e/ou adolescentes; pornografia, e abuso sexual, sendo esta última a que mais recebe denúncias (72,26%). Vale salientar que durante este trabalho se utiliza o termo violência sexual/abuso sexual, pois entende-se que todas as formas de violência sexual são abusivas.

Diante do grande número de denúncias sobre abuso sexual, ressalta-se que esta é uma demanda cada vez mais presente na vida de profissionais que trabalham com crianças, independente da área. A violência sexual é um tema complexo e por isso deve ter uma atenção especial pela sociedade, órgãos competentes e ser apreendida para que os sujeitos que sofrem com ela, possam receber o melhor atendimento possível – o que não exime a necessidade de ações preventivas –, com vistas a não revitimizá-los. Com base no aumento do número de denúncias e atendimentos, pode-se inferir que a sociedade está mais atenta ao combate da violência, estando mais informada com relação à violência sexual, com isso cada vez mais buscando os serviços de proteção, que necessitam de profissionais capacitados para atender os sujeitos.

A curiosidade e a vontade de estudar a temática, abuso sexual intrafamiliar, surgiu de momentos em que a autora acompanhou, antes mesmo do processo de graduação, a prática profissional de uma psicóloga, que sempre, com a maior dedicação, trabalhou com a referida temática. Porém, somente durante a graduação, houve uma maior aproximação com a temática. Sempre que possível, o tema foi utilizado para trabalhos e discussões.

Com o intuito de ampliar os conhecimentos acerca da temática a autora cursou a DCG “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, que posteriormente resultou na inserção em campo de estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Considerando que na instituição, é realizado um trabalho com os mais diversos tipos de violência onde a violência sexual intrafamiliar cometida contra crianças – está entre a maioria dos casos atendidos –, optou-se pelo recorte no referido tema dando ênfase na proteção social, que, além de ser trabalhada junto às

crianças, deve abranger o núcleo familiar das mesmas. O foco na violência sexual intrafamiliar visou compreender a forma como estão organizadas as famílias buscando entendimento quanto às características deste tipo de violência. Neste sentido, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: “Como estão constituídas as famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar atendidas no CREAS São Borja ?”

O trabalho está estruturado em três capítulos que sistematizam o conhecimento construído durante o processo de graduação, referenciados através do uso de autores que discutem a temática. No primeiro capítulo, apresenta-se o processo metodológico utilizado como guia para a elaboração do trabalho. Traz como pontos principais: o método – onde se prezou pela vertente dialética crítica –, tipo de pesquisa – tendo como foco a pesquisa de tipo qualitativa – e a explicação sobre a análise de conteúdo e coleta de dados utilizada. Para coleta de dados na Instituição CREAS, foi utilizado documentos construídos durante o estágio I e II: análise institucional, diários de campo, relatório de estágio I e II.

No segundo capítulo, em seu primeiro subitem, é feita uma teorização sobre a família, sua formação, constituição e configurações, visto que, na atualidade, não é possível conceituar a família, pois ela sofre modificações de acordo com a sociedade em que está inserida e com o momento histórico que vive. Para além, realiza-se um breve discussão a respeito dos direitos da mulher garantidos na Constituição Federal de 1988 e os rebatimentos na família com breve resgate histórico da construção da infância. Pontua-se ainda a questão da violência sexual intrafamiliar, assim como a violência estrutural, seus rebatimentos no cotidiano familiar e rebatimentos na construção da violência sexual na família. Esses aspectos são explicados, através dos conceitos de vitimização e vitimação das crianças. Para isso, constrói-se a discussão sobre as relações de poder constituídas dentro da família e as consequências que esta traz para as relações familiares. No terceiro subitem, apresenta-se a política de atendimento contemporânea para a proteção da família, iniciando com os conceitos de política, política social e política pública para, então, adentrar na política de Assistência Social, visto que o estudo foca em um dos serviços presentes dentro desta.

Por fim, tem-se a análise dos dados pesquisados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, a partir de seis casos de violência sexual intrafamiliar infantil escolhidos para estudo e compreensão a partir de

acompanhamentos realizados em 2012 e 2013. É feita a caracterização das famílias, quanto à questão socioeconômica e o abuso sexual. Destaca-se também as expressões da questão social evidenciadas durante a coleta de dados e os programas e projetos realizados pela instituição CREAS. Apresentam-se relatos e análises sobre os processos que envolvem a referida violência, bem como as consequências que ela traz para a vítima. Por fim, realiza-se breve descrição sobre o papel do Assistente Social no CREAS, pontuando-se questões pertinentes a ser consideradas pela categoria independente do espaço sócio ocupacional.

Ressalta-se que a discussão sobre o assistente social diante do cenário de violência vem à tona em consideração a área em que se busca concluir a graduação. Diante disto, evidencia-se com o estudo a relevância de se apropriar desta temática, visto que ela perpassa todos os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. Além disso, pretende-se contribuir com a qualificação do serviço prestado na instituição, especialmente no que diz respeito a um maior entendimento e conhecimento por parte dos profissionais, dos processos sociais que permeiam esta demanda. Por fim, espera-se que os resultados da pesquisa possam despertar e ampliar o debate acadêmico entre alunos e professores.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o processo metodológico utilizado para a elaboração do trabalho de conclusão de curso. A metodologia é o processo a percorrer na produção do conhecimento, deve dispor de um instrumental claro, objetivo, bem elaborado, coerente e capaz de articular o referencial teórico com a prática. “A metodologia inclui, simultaneamente, a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (DESLANDES, 2012, p.14).

O presente estudo foi orientado pelo método Crítico-Dialético, apresentando as categorias que o envolvem: contradição, totalidade, historicidade e mediação. O método crítico-dialético fora escolhido, pois percebe-se que ao utilizar-se dele, é possível ter uma visão ampla dos processos sociais que os sujeitos vivenciam.

Esta pesquisa teve como objetivo geral, analisar como estão constituídas as famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar atendidas pelo CREAS de São Borja, para compreender os processos que interferem no contexto familiar contribuindo para reprodução da violência.

E teve como objetivos específicos, verificar as características familiares e socioeconômicas das famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar; identificar quais expressões da questão social se manifestam no cotidiano das famílias atendidas; mapear quais são os programas, projetos, serviços e benefícios da rede socioassistencial do município disponibilizados para atendimento das familiares e indicar as contribuições do profissional Assistente Social, junto às famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

As questões que nortearam a pesquisa foram:

- Quais são as características familiares e socioeconômicas das famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar?
- Quais expressões da questão social se manifestam no cotidiano das famílias atendidas?
- Quais são os programas, projetos, serviços e benefícios da rede socioassistencial do município disponibilizados para atendimento das familiares?
- Quais as contribuições do profissional Assistente Social, junto às famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar?

Foi utilizado como suporte da apreciação, o uso da Pesquisa Qualitativa caracterizada como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais” (RICHARDSON, 2011, p.90). Por fim, apresenta-se o processo de coleta de dados, bem como, o objeto da pesquisa, as técnicas utilizadas e o procedimento empregado para realizar a análise dos dados. Posteriormente, apresentar-se-á maior detalhamento desses aspectos que subsidiaram e referenciaram o processo de realização da pesquisa.

2.1 Método crítico-dialético

Como já evidenciado acima, o presente projeto foi orientado pelo método crítico-dialético, pois se compreendeu que esse daria o suporte necessário para uma leitura da realidade dos sujeitos que foram objeto de estudo. A dialética trabalha com “a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (MINAYO, 2007, p. 24).

Necessita-se, assim, entender cada uma das categorias que fazem parte do método crítico-dialético: *contradição*, *totalidade*, *historicidade* e *mediação*, para que assim se compreenda o método como um todo, visto que tais categorias estão relacionadas. Sobre a categoria *contradição*, destaca-se:

[...] uma negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados (nega mas não exclui o oposto, há sim, a luta e unidade dos contrários). É a definição de um elemento pelo que ele não é, significa a pressuposição necessária da existência do oposto (PRATES, 2000, p.24).

A ideia da riqueza só pode ser entendida com a ideia da pobreza e vice-versa. “Desvendar a contradição é exatamente mostrar os opostos em luta e movimento” (PRATES, 2000, p.24). Para entender os movimentos da sociedade, bem como suas particularidades, é preciso negar para depois incluir. Na categoria *totalidade*, é necessário recolher todas as informações a respeito dos sujeitos, para que assim se possa ter um real entendimento dos fatores que acarretaram em determinadas situações. Não se deve ver as demandas dos sujeitos a partir de um único episódio, é preciso ver a totalidade do que está posto, perceber a conjuntura. Exemplo disso, é observar uma criança que foi abusada por um familiar e analisar para além do

abuso, procurando fatores que possam ter contribuído para que a violência tenha acontecido.

A visão de conjunto - ressalve-se - é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. (...) E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (KONDER, p.37, 1981).

A categoria *historicidade*, “significa o reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais” (PRATES, p.25, 2000). É a compreensão do que passou, do que está acontecendo e do que está por vir. Por isso não se deve confundir historicidade com história (o que remete a algo que já aconteceu e não pode ser mudado). A categoria *mediação* possui um papel muito importante, pois é ela que articula as totalidades que constituem o objeto de estudo; é o caminho e ações que irão orientar para que haja transformação na realidade dos sujeitos.

a compreensão da categoria de mediação permite um esclarecimento ontológico deste complexo processo social característico da profissão, porque nos instrumentaliza metodologicamente para vencer a força inercial que nos prende colados a imediatividade, permitindo-nos o movimento que ascende dos fatos (abstrato) ao real mediatizado (concreto pensado). (PONTES,[entre 1995 – 2013] s.d, p.11)

A opção pela teoria crítica se deu a partir da percepção de que esta possibilitaria analisar as relações entre os sujeitos com seu contexto social, e não como seres isolados da realidade social em que estão inseridos; “os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2007a, p, 32). Compreende-se que os sujeitos inseridos em uma dada realidade desenvolvem relações entre si em processos muitas vezes contraditórios e que, por vezes, estão presentes aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, num movimento que vai do particular para o universal, em que os fenômenos vistos não se dão de forma isolada, mas intrinsecamente correlacionados (OLIVEIRA, 2009). Realidade esta, que só se terá acesso após a leitura e interpretação do que aparece por imediato. Mesmo após todo esse processo, é praticamente impossível se ter total compreensão da

realidade, - uma vez que somos envolvidos e velados em questões e situações íntimas
- visto que ela está em constante mudança.

2.2 Pesquisa e coleta de dados

Como apresentado no início do capítulo, o tipo de pesquisa utilizada foi a pesquisa qualitativa pautada no aprofundamento das informações coletadas durante a pesquisa. Estar próximo, vivenciar o cotidiano do objeto de pesquisa e verificar a realidade e suas características são passos fundamentais de uma coleta de informações. Como verificar se algo é real ou não, de longe? Deve-se pesquisar o cotidiano dos sujeitos para que assim se possa ter entendimento de sua realidade.

Conforme Goldenberg (2004, p.17) a pesquisa é “uma atividade neutra e objetiva descobrir regularidades ou leis, em que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”. Segundo Minayo (2007) a pesquisa qualitativa trabalha com o profundo, com o universo das informações, com todo o universo que cerca o entrevistado, ou seja, o objeto de estudo. Na pesquisa qualitativa “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p.14). Deve-se tentar descobrir questões que não estão postas aos olhos, ver as particularidades de cada grupo, suas especificidades e significados dados a cada situação, indo além da questão numérica. Assim, destaca-se que:

[...] os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo “bom para pensar” questões relevantes para o tema estudado (GOLDENBERG, 2004, p.49).

Dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa, optou-se pela coleta de dados documental em que a “principal característica é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.174). São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano (leis, regulamentos, pareceres, prontuários, cartas,

memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, arquivos, etc)” (LUDKE e ANDRÉ 1986, p. 38 apud PRATES, 2003, p.8). São documentos primários arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas, contratos, cartas, diários de campo, relatórios de estágio, relatos, etc. (MARCONI e LAKATOS, 2003).

“A pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (GIL, 2007, p.45). Os documentos utilizados foram os construídos durante o processo de estágio I e II realizados no semestre 2012/2 e 2013/1 pela acadêmica, sendo eles: análise institucional, plano de estágio, diários de campo e relatórios de estágio. Também foram analisados os documentos elaborados pelos profissionais do Serviço Social do CREAS, tais como estudos sociais, laudos sociais, pareceres sociais e prontuários. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica que consiste na explicação e discussão do tema, baseado em livros, periódicos, artigos, revistas, sites, etc., para adensamento das categorias teóricas que permearam o estudo envolto no abuso sexual de crianças no seio familiar. Destaca-se que o estudo bibliográfico:

busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema, [...] é um excelente meio de formação científica quando realizada independente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico (MARTINS e THEOPHILO, 2009, p.54).

Além da pesquisa documental e bibliográfica, outra técnica utilizada foi a Observação Livre, que consiste basicamente em um conjunto de informações, documentos, ações que devem ser observados para questões que fogem dos padrões, ou seja, fatos ou textos que aparecem com frequência ou então aparecem uma única vez, durante a análise dos documentos. A observação livre “ao contrário da observação padronizada, satisfaz as necessidades principais da pesquisa qualitativa, (...) de estabelecimento de pré-categorias para compreender o fenômeno que se observa” (TRIVIÑOS, 1987, p.153).

Foram escolhidas para esta pesquisa famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar (crianças de 0 a 12 anos incompletos, de ambos os sexos) atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), no Creas no município de São Borja, no período de 2012 a 2013.

Cabe evidenciar que foram analisados tanto os casos de suspeita de abuso sexual intrafamiliar, bem como, os casos confirmados. A seleção de sujeitos compreendeu:

1) Três (3) casos que iniciaram atendimento no CREAS no ano de 2012, considerando que a estagiária a partir do seu ingresso no estágio (segundo semestre de 2012 que ocorreu em 2013) teve pouco acesso às informações dos casos atendidos e muitos destes haviam sido encaminhados no ano de 2012.

2) Três (3) casos que iniciaram atendimento no CREAS no ano de 2013.

Destaca-se que os seis (6) casos analisados foram indicados pelas profissionais que acompanharam as famílias em atendimento, considerando o maior número de informações registradas nos documentos que pudessem promover análise com maior índice de dados possíveis. Nessa perspectiva, tem-se que a amostra caracterizou-se pelo modelo não probabilístico do tipo intencional, “não fazendo uso de uma forma aleatória de seleção, não pode ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico (...)” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 224). Na perspectiva intencional o pesquisador está interessado “na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela. Seria, por exemplo, o caso de desejar saber como pensam os líderes de opinião de determinada comunidade” (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.52).

As famílias foram identificadas como Família 1, Família 2, e assim consecutivamente. Quando foram referendadas situações com as crianças e adolescentes dentro do histórico familiar registrou-se enquanto Sujeito A, Sujeito B, Sujeito C e assim sucessivamente, ou seja, foram tomados todos os cuidados éticos, especialmente no que diz respeito ao anonimato dos sujeitos. Ao longo dos resultados são transcritas falas dos sujeitos envolvidos nos processos. Esses registros foram efetuados pelos profissionais do CREAS, neste caso registrou-se Profissional 1, Profissional 2, Profissional 3. Quanto ao retorno para a instituição CREAS será entregue uma cópia impressa do presente trabalho, bem como para a biblioteca da Unipampa.

Como instrumento de coleta de dados nos documentos escolhidos, foi utilizado um roteiro de análise documental (Apêndice A) que contém questionamentos sobre o que seria necessário coletar, a fim de dar respostas às

questões norteadoras deste estudo. Para o registro das observações, foi utilizado um diário de campo, em que foram colocadas todas as informações que se mostraram pertinentes para a pesquisa, ou seja, foi realizada uma tomada de apontamentos, em que eram feitas reflexões a respeito das informações coletadas, bem como, sobre os livros lidos para a construção do referencial da presente pesquisa.

2.3 Técnica de análise dos dados

Optou-se pela análise de conteúdo, sendo “um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos” (BARDIN, 1979, p.31). Para o emprego da análise de conteúdo foram realizadas três etapas: 1 - pré-análise, 2 - exploração do material e 3 - tratamento dos dados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase em que se organiza o material, no qual acontecem os primeiros contatos com os documentos, ou seja, uma leitura “flutuante”. Posteriormente, ocorre a escolha dos documentos, formulação de hipóteses e preparação para análise do material (GIL, 2007a). A exploração do material consiste nas tarefas de codificação que envolve o recorte (a escolha das unidades), a enumeração (que refere-se à escolha das regras de contagem) e a classificação (que significa a escolha das categorias) (GIL, 2007a, p.165). Categorias essas, que confrontarão os dados coletados com referenciais teóricos.

Por fim, o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação tratam de validar os dados, tornando-os significativos. Para isso, são utilizados procedimentos estatísticos que consistem em estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e destacam as informações obtidas (GIL, 2007a, p.165). Para este estudo, optou-se por tratamento de dados que preze pelas falas e registros profissionais em detrimento a dados estatísticos.

É preciso ressaltar, uma vez mais, a importância deste trabalho para o ambiente acadêmico, bem como, para o CREAS que contribuiu a fim de que este fosse realizada. Esta pesquisa contribuirá com a qualificação dos serviços prestados na instituição, especialmente no que diz respeito a um maior entendimento e conhecimento por parte dos profissionais dos processos sociais que permeiam esta

demanda. Espera-se, também, que os resultados da pesquisa possam despertar e ampliar o debate acadêmico entre alunos e professores, instigando, assim, novos estudos e, conseqüentemente, novos olhares sobre este tema tão complexo.

3 VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: A FAMÍLIA COMO FOCO DO ESTUDO

A família é o principal órgão de proteção social e é vista como tal nas principais políticas públicas, visando o fortalecimento da autonomia dos sujeitos. É neste espaço que se dão as primeiras experiências sociais e primeiros conflitos; é no ambiente familiar, que se deve dar o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes. As políticas de proteção social tem como foco a família, pois se entende que com o fortalecimento dos vínculos familiares, podem-se ampliar as chances de autonomia e diminuir os riscos sociais dos seus membros.

Neste capítulo teórico, abordam-se considerações sucintas sobre a constituição da família tradicional até o desenvolvimento contemporâneo, indicando seus direitos garantidos e as novas ramificações. Ao decorrer do capítulo, serão discutidas as causas e consequências da violência sexual intrafamiliar. Será abordado, também, o surgimento de políticas sociais voltadas ao atendimento familiar.

3.1 Interfaces da constituição familiar

Considerando que o estudo se propõe a identificar a constituição das famílias das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, faz-se necessário problematizar a instituição família, evidenciando como esta se apresenta nos dias atuais, visto que a mesma também sente e reflete os efeitos das mudanças e transformações que ocorrem na sociedade, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais de forma gradativa e continua.

Engels (2002) em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, traz que no Estado de Nova Iorque, na tribo dos *senecas*, a família era constituída e formada de uma forma diferente da que hoje se evidencia. “O iroquês não somente chama filhos e filhas a seus próprios, mas ainda aos de seus irmãos, os quais, por sua vez, o chamam de pai. Os filhos de suas irmãs, entretanto, ele os chama de sobrinhos e sobrinhas” (ENGELS, 2002, p.37). Engels pontua as diferentes formas que a família foi se constituindo, desde o amadurecimento e superação das relações sexuais entre irmãos e irmãs – o incesto –, até chegar à família monogâmica. A família monogâmica, “baseia-se no predomínio do homem;

sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível” (ENGELS, 2002, p.62).

A passagem do matriarcado para o patriarcado¹ deu origem a monogamia. Não como algo natural, mas advindo das condições econômicas no sentido de que para proteger suas propriedades era preciso ter herdeiros, bem como para manter a hereditariedade. Desse modo, se formam as primeiras famílias monogâmicas. Ou seja, as primeiras relações monogâmicas que surgiram não se desenvolveram por amor, mas sim, por questões financeiras. Porém, essa relação era monogâmica somente para as mulheres, pois os homens ainda poderiam ter relações sexuais com outras; a fidelidade feminina era essencial para que o casamento desse certo (ENGELS, 2002).

Cabe relatar que, o matriarcado, caracteriza-se da seguinte maneira: núcleo familiar todo voltado para a figura materna, no qual a mulher exerce o papel de cuidadora dos filhos, responsável pela manutenção e a tudo que diz respeito à família,

o matriarcado, seria uma decorrência natural da vida nômade dos povos primitivos, pois, enquanto os homens – desconhecendo ainda as técnicas próprias ao cultivo da terra – tinham que sair à procura de alimentos, as mulheres ficavam nos acampamentos com os filhos, que cresciam praticamente sob a influência exclusiva das mães, a quem cabia fornecer um mínimo de estabilidade social a estes núcleos familiares incipientes. (ZIMERMANN; OSÓRIO, 1997, p.52).

Com a passagem da família matriarcal para a família patriarcal, é preciso, também, ter em mente que esta última, segundo Gueiros (2002, p. 107) é,

a família na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre o público e o privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem

Dito isso, é importante indicar que há décadas, até mesmo nos dias atuais, percebe-se que há ainda muitas relações baseadas no patriarcado, no qual a mulher ainda deve fidelidade, respeito, devoção e obrigações diversas ao homem sofrendo, muitas vezes, cotidianamente, com o machismo. Embora esta questão seja

¹ Conforme Pedersen (2010, p.37) “Com as mudanças advindas do desenvolvimento da agricultura, no século XVIII, deu-se origem à família patriarcal”.

conflituosa, vem, também, mobilizando mulheres ao longo da história na busca por direitos iguais, inclusive nas legislações:

O movimento das mulheres, resistindo às formas tradicionais de diferenciação de papéis sexuais que restringiam a esposa ao lar e à subserviência aos homens, fazendo com que estas começassem a exigir uma oportunidade igual de trabalho e igualdade de salário, também é fator que contribui para com as mudanças da família, bem como aquelas introduzidas na Constituição Federal (PEDERSEN, p. 109, 2009).

Com a Constituição de 1988, a mulher, finalmente, passa a ter seus direitos assegurados e assim passa a ser vista como igual ao homem. O desenvolvimento de movimentos sociais, tais como o feminismo, trazem uma nova cara para os direitos femininos. Essas mudanças e amadurecimento social vão recair diretamente na organização das famílias atuais. Se antes, as mulheres eram criadas para ficar em casa, aprenderem a cozinhar, limpar e a cuidar dos filhos, hoje, percebe-se que muitas saem do seio familiar em busca de educação superior, trabalho digno e, muitas vezes, não desejam e não têm o sonho da maternidade; a formação de uma família passa a ser segundo plano na vida das mulheres. As novas configurações do trabalho também acarretaram, por consequência, trazer mudanças no interior das famílias, no que diz respeito à distribuição da renda familiar. Como consequência, o papel de mantenedor da família, também sofre mudanças conforme o contexto econômico, político e social.

O modo de produção capitalista trouxe consigo mudanças radicais nas formas tradicionais – pré-mercantilizadas – de prover a proteção social, até então asseguradas pela família, pela igreja e pelos senhores feudais através de ações solidárias. Tais mudanças podem ser atribuídas tanto ao desaparecimento dos antigos vínculos comunitários, como da precariedade de recursos disponíveis pelas famílias na sua nova estrutura, organização e modos de vida no meio urbano (MIOTO, 2008, p.131)

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 226, considera a família “entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Já para o IBGE, família é “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. Mas, afinal, o que é família hoje? Não existe um conceito fechado que se possa ser utilizado para definir família. Existem famílias constituídas de várias formas: mulheres que

são chefes da família, família com dois pais, duas mães, famílias formadas por avós e netos, famílias composta por pai, mãe e filhos, pai e filho, irmão mais velho cuidando do irmão mais novo, sujeitos que moram sobre o mesmo teto sem vínculo sanguíneo, dentre várias outras configurações. Destaca-se, de forma sucinta, as modificações familiares:

É mais ou menos intuitivo identificar família com a noção de casamento, ou seja, pessoas ligadas pelo vínculo do matrimônio. Também vem à mente a imagem da família patriarcal, o pai como a figura central, tendo ao lado a esposa, rodeados de filhos, genros, noras e netos. Essa visão hierarquizada da família, no entanto, sofreu, com o tempo, enormes transformações. Além da significativa diminuição do número de seus componentes, também começou a haver embaralhamento de papéis. A emancipação feminina e o ingresso da mulher no mercado de trabalho levaram-na para fora do lar. Deixou o homem de ser o provedor exclusivo da família, e foi exigida sua participação nas atividades domésticas (DIAS, 2013, p. 41).

As transformações do pensar sobre o casamento têm interferido de forma direta nas relações familiares, tanto quanto a questão legal – onde hoje as uniões estáveis possibilitam direitos iguais ao matrimônio tradicional – como as próprias questões ligadas a orientação sexual. Para caracterizar uma família, é preciso levar em conta os laços afetivos das pessoas que vivem na mesma casa e não só o fato das pessoas conviverem no mesmo lar:

A família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal” (BRASIL, 2013, p.29).

Com o passar do tempo, novas formas de união foram surgindo. Cita-se novamente, a união estável que ocorre quando um casal decide morar na mesma casa, sem ter passado por uma formalização judicial e religiosa do compromisso. Com isso, vê-se que conforme novas configurações familiares vão surgindo, o Estado vai tentando dar conta de protegê-las, através de novas legislações. Outro exemplo são os direitos garantidos para os casais homoafetivos, que hoje podem se casar e usufruir dos mesmos direitos de casais héteros, “as inúmeras decisões judiciais atribuindo consequências jurídicas a essas relações, levou o Supremo

Tribunal Federal a reconhecê-las como união estável, com iguais direitos e deveres” (DIAS, 2013, p. 47).

Para Pereira-Pereira (2010), a família como toda instituição deve ser considerada forte e fraca. Forte, pois consegue transmitir valores que são levados por toda a vida. Frágil, pois não está livre de violências, confinamentos e desencontros. Família deve ser a instituição em que seus membros devam sentir-se a vontade e em segurança; local que deve contribuir para o crescimento e desenvolvimento de todos, através de amor e afeto, no quais todos os membros devem ter suas necessidades atendidas e respeitadas, “como canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais, a instituição família constitui-se em um locus primário por onde os indivíduos desenvolvem suas primeiras experiências como membros da sociedade em geral” (MACIEL, 2002, p.123).

Porém, o que se observa, é que nos casos de violência intrafamiliar, estes locais, que deveriam servir como portos seguros das crianças, acabam por se tornar locais de tortura e de reprodução de violências, “lugar de proteção e cuidado, é também lugar de conflito e pode até mesmo ser o espaço da violação de direitos da criança” (BRASIL, 2013, p. 32). A família tem tido suas configurações modificadas de acordo com o tempo e sociedade em que está inserida, ou seja, se baseia em um contexto maior, da qual ela faz parte. Entretanto, nem toda sociedade compreende as novas ramificações, o que pode levar a uma série de preconceitos:

a convivência com famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas permite reconhecer que seu conceito se pluralizou. Daí a necessidade de flexionar igualmente o termo que a identifica, de modo a albergar todas as suas conformações. Expressões como famílias marginais, informais, extramatrimoniais não mais servem, pois trazem um ranço discriminatório (DIAS, 2013, p.39).

Percebe-se que não há, de fato, um único modelo de família, um modelo ideal. Por conta disso, expressões como família estruturada, desestruturada, também devem ser banidos do vocabulário, pois deve-se respeitar as diversas formas em que hoje estão compostos os núcleos familiares. As principais expressões utilizadas para descrever a família são: natural, extensa ou ampliada. Natural, porque segue a lógica de que os pais são os biológicos; extensa ou

ampliada², é aquela que vai para além do núcleo familiar, se estendendo para os avós, tios, etc. Há também a família substituta³, - esta se dá em três modalidades: adoção, guarda e tutela que só ocorre em última instância, pois, há hoje uma legislação que propõe a convivência familiar como direito da criança e do adolescente. A família substituta é a família que, depois de se tentar todos os outros familiares consanguíneos da criança ou adolescente, os recebe. Ela deve prover todos os cuidados necessários para que a criança possa ter um desenvolvimento saudável.

É preciso ter em mente que não se pode falar em família e sim famílias, no plural, pois as diversas configurações apresentadas neste item, não darão conta de apresentar as famílias em uma totalidade. Existem diversos conceitos que podem ser considerados, cada indivíduo tem um tipo diferente de família e que talvez não se encaixe em nenhum dos citados acima. Para a presente autora, o que se deve levar em conta, quando se remete a família, são os laços afetivos. Entretanto, para outros, isso talvez não seja o importante. Há quem diga que família são as pessoas que possuem o mesmo sangue, há quem discorde. Porém, o que se deve considerar é o não julgamento das diferentes configurações, que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional. O trabalho do Assistente Social, não deve se basear no que este acredita, diante das inúmeras configurações que possam estar se apresentando, é necessário apreendê-las e assim, intervir.

No próximo item, será discutida a violência sexual intrafamiliar, bem como, suas causas e consequências no contexto familiar, partindo de um breve resgate sobre o conceito de violência, relações de poder e como estas interferem no cotidiano das famílias gerando a violência sexual.

3.2 Violência Sexual Intrafamiliar: causas e consequências

É possível visualizar, nas relações sociais, diversas situações que podem ser consideradas como atos de violência (mesmo que muitas vezes não sejam vistas como tal), como exemplo: assaltos, agressões verbais e físicas, corrupção, precariedade nas políticas públicas, falta de acesso à moradia digna, à educação,

² Consultar Lei 12.010/09

³ “Somente não havendo possibilidade de reinserção na família biológica nem inclusão na família extensa é que se passa a falar em família substituta” (DIAS, 2013, p. 57).

etc. Como traz Levisky (2010), a violência é um fenômeno difícil de ser conceituado, pois ela se manifesta de diferentes formas conforme o tempo, a sociedade, o país, a cultura. Como exemplo, tem-se a forma com que as crianças eram tratadas no Brasil antes de terem seus direitos assegurados, sem nenhum respeito, invisíveis para o Estado. Porém, hoje em dia, são amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), - o que não garante com total plenitude a proteção das mesmas -, “a história da criança tem sido também a história de um mundo de violências perpetradas contra ela na forma de escravidão, abandonos, mutilações, filicídios⁴ e espancamentos” (GUERRA, 1985, p.21 apud CARVALHO, 2005, p. 26).

Por mais que se tente conceituar tal processo, é quase que impossível chegar a um consenso tendo em vista as mais variadas formas de sua manifestação, bem como as diferentes percepções acerca desta problemática. Como traz Rocha (1996, p. 10 apud LEVISKY, 2010, p. 6): a violência, sob todas as suas nuances, “desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto”.

Cotidianamente, vivenciam-se relações de poder, seja nos espaços de trabalho, escola/faculdade, bem como na família. Saffioti (2007) expõe três sistemas de dominação-exploração: capitalismo, patriarcado e o racismo. Estes três estão completamente relacionados. No capitalismo, percebe-se que o poder está em quem possui os meios de produção. No patriarcado, vê-se as mulheres subordinadas aos homens e no racismo indivíduos brancos considerados superiores que os negros. O que se percebe, então, é que mulheres, negras – por questões de preconceito e violência estrutural - e pobres, são as principais representantes deste segmento social.

No que diz respeito à relação de adultos e crianças, percebe-se a existência de uma hierarquia em que as crianças são sujeitos criados pelos adultos. “Em termos da sociedade, cabe ao adulto transformar a criança em pessoa capaz de atuar com o máximo possível de sociabilidade” (SAFFIOTI, 2007, p.17), ou seja, cabe ao adulto ditar as regras sobre a criança.

⁴ Ato de matar o próprio filho.

Na atualidade, percebe-se um amadurecimento e respeito com relação a essa categoria, porém nem sempre foi assim. Na Antiguidade, a criança tinha seu papel minimizado com relação ao do adulto,

crianças e adolescentes foram alvos de ações criminosas ou omissões praticadas pelos pais ou responsáveis, desde a mais remota Antiguidade, em todas as culturas em todos os tempos. Na sociedade medieval, bem como em épocas anteriores, a criança muito pequena era como se não existisse. Não era considerada, porque a sua sobrevivência não era garantida, devido à grande mortalidade naquela fase da vida. Quando a criança ultrapassava este período crítico de sua existência, era confundida como um adulto, ainda que um adulto em miniatura (ALBERTON, 2005, p.40).

Segundo Ariès (2012, p.17), no século XI, as crianças eram retratadas em pinturas, como seres adultos em miniatura, até o século XII “a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la”. Somente por volta do século XIII, é que as crianças começaram a ser vistas e representadas nas obras de arte, mais parecido com a imagem de infância que hoje se conhece. Esse “não olhar para a infância” acontecia, pois as crianças raramente sobreviviam após o nascimento, a mortalidade infantil no século XVII, era muito grande.

Conforme Ariès (2012), na sociedade medieval, não se existia uma consciência sobre a infância, não se tinha o olhar que hoje se tem, de que esta é uma fase peculiar de desenvolvimento. No período medieval, as crianças, quando conseguiam sobreviver passavam a ser tratadas como adultos; não era questão de negligência ou abandono apenas, para a sociedade, não existiam.

Ao se superar essa visão de adultos em miniaturas, começa-se a ter o primeiro sentimento fraterno em relação à infância. As crianças começaram a ser vistas como fonte de papariação ao adulto. No contexto familiar “um novo sentimento da infância havia surgido em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 2012, p. 100). O segundo sentimento da infância, passa ser visto fora do contexto familiar, pelos eclesiásticos,

esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado das infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS, 2012, p. 105).

Ao se ter uma nova visão da infância e ao passar a responsabilidade para dentro do contexto familiar, a criança passa a ter um lugar central na família.

Após esse breve resgate histórico a respeito da infância, percebe-se que há, então, uma relação de poder que o adulto exerce sobre a criança. O que permite dizer que a classe subalterna é constituída, principalmente, por mulheres, negros, pobres e crianças. Existe, portanto uma “pirâmide de poder”, no qual o homem branco e rico está no topo, é ele quem detém o “grande poder” (SAFFIOTI, 2007). Não há um antagonismo na relação adulto criança – como há entre homens e mulheres – mas sim uma hierarquia, os interesses de crianças e adultos não são opostos (SAFFIOTI, 2007).

A violência não é um processo que nasce com o homem e sim algo apreendido e sentido. O homem não nasce violento, ele, através de suas vivências, aprendizados, socialização, acaba por sentir das mais variadas formas, as diversas violências que o cercam. Ou seja, a violência não é um processo natural. Se a violência não é um estado natural, ser vítima é natural? Existem dois processos de “fabricação de crianças vítimas” – vitimação e vitimização -, para Saffioti (2007, p.15), a vitimação, “atinge exclusivamente filhos de famílias economicamente desfavoráveis”. Em suma, crianças de classe baixa que sofrem com a violência estrutural, as quais não têm acesso a políticas públicas de qualidade, falta de viabilização de seus direitos, etc. Azevedo e Guerra (2007, p. 26) denominam estas como “crianças de alto risco”.

Para entender melhor o processo de vitimação, é necessário considerar a violência estrutural que “é a violência inerente à forma de organização socioeconômica e política de determinada sociedade [...]. Na atualidade, a violência estrutural abarca os fenômenos da exclusão social, da globalização e das imposições das leis do mercado” (DÔSSIE, 2010, p.19). Tendo em vista o processo de implementação da política neoliberal, percebe-se que esta violência acaba por se ampliar em conjunto com as expressões da questão social, tais como falta de condições dignas de trabalho, precariedade das políticas públicas, não acesso a educação de qualidade, dentre outros. O afastamento gradativo do Estado, na viabilização dos direitos básicos da população, faz com que as famílias estejam sujeitas a muitas violações de seus direitos. A violência estrutural,

está intimamente relacionada ao sistema capitalista de produção, em que os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência através da venda de sua mão-de-obra aos detentores dos meios de produção – os capitalistas como forma de satisfazer as suas necessidades” (PEDERSEN, 2010, p.54).

Na tentativa de satisfazer suas necessidades, o homem aceita as mais diversas formas de trabalho precário, se submetendo a baixos salários, para que, assim, possa ao menos garantir o mínimo de sobrevivência à sua família, obtendo acesso a bens essenciais. A luta pela sobrevivência gera estresse e frustração e pode ocasionar um desgaste nas relações familiares. Tal desgaste poderá ocasionar outras violências contra a criança.

O segundo processo é o de vitimização que “ignora fronteiras econômicas” (SAFFIOTI, 2007, p. 15) e ocorre em todas as classes sociais. Porém, torna-se mais visível nas classes economicamente baixas, visto que, estas já sofrem com a precarização do trabalho, moradia, falta de acesso a bens essenciais. Este processo se caracteriza como violência interpessoal⁵, cometida contra crianças, a quem Azevedo e Guerra (2006, p.26) denominam como “crianças em estado de sítio”. Destaca-se que:

no que tange aos maus-tratos, a negligência e aos abusos-exploração de natureza sexual, sobretudo quando tais ocorrências tem lugar no seio da família, o agente agressor situa-se em todas as classes sociais [...] embora haja uma certa sobreposição entre crianças vitimadas e crianças vitimizadas, o processo de vitimação atinge exclusivamente filhos de famílias economicamente desfavorecidas, enquanto o processo de vitimização ignora fronteiras econômicas entre as classes sociais (SAFFIOTI, 2007, p.15-16).

A vitimização “constitui fenômeno extremamente disseminado, exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder sem deixar de aspirar ao grande poder” (SAFFIOTI, 2007, p. 17), tem-se, aí, a síndrome do pequeno poder. A exemplo: o pai que mora em uma casa extremamente precária e divide o quarto com a filha, se sente no condição de poder abusar da filha ,pois ele é pai, homem e adulto e a vítima é do sexo feminino e criança.

A síndrome do pequeno poder tem consequências nefastas para as pessoas por ela atingidas. Crianças são espancadas, assassinadas, estupradas por adultos que, na maioria das vezes, têm justamente a função

⁵ A exemplo: violência física, sexual, psicológica, negligência.

de protegê-las: mães, pais, outros parentes, responsáveis legais e profissionais da esfera infantil, como babás, professores, médicos etc. (SAFFIOTI, 2007, p.20)

É preciso deixar claro, mais uma vez, que a síndrome do pequeno poder, não existe somente nas classes economicamente baixas, uma mulher rica pode exercer este poder diante de uma criança negra, um homem branco pode exercer este poder sobre um homem negro rico. Porém, diante de todas as combinações que podem ser feitas, a criança é a que mais sofre, diante desse conjunto de fatores.

Como já explicitado, existem dois processos de “fabricação de crianças-vítimas”, um que é a através da vitimação, no qual Azevedo e Guerra (2007) denominam como as crianças de alto-risco, pois estas sofrem com maior intensidade as expressões da questão social, no que diz respeito à falta de moradia digna, falta de qualidade na educação, saúde precária, etc.:

a denominação *alto-risco* refere-se ao fato de que essas crianças têm uma probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos humanos mais elementares: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer etc. A violação desses direitos faz-se através do processo de violência estrutural característico de nosso sistema sócio-econômico e político e que se exerce principalmente sobre as classes subalternas (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 26, grifo do autor).

O processo de vitimização, no qual as mesmas autoras denominam como crianças em “estado de sítio”, é “a violência inerente às relações interpessoais adulto-criança” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p.35). A vitimização é a violência interpessoal, na qual há um abuso de poder do adulto sobre a criança, fazendo com que estas, por medo, fiquem caladas e passem a não exprimirem mais suas vontades e desejos, mas sim, as vontades e desejos do adulto que a abusa. Com isso, ela acaba por viver em estado de sítio, “a vitimização não é um fenômeno isolado mas sim um processo que se prolonga às vezes por anos e a vítima passa a viver uma situação típica de estado de sítio” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p.35). Observa-se, diante do exposto, que há um abuso por parte do adulto sobre a criança, abuso de poder diante da condição peculiar de desenvolvimento da criança.

Dentre os tipos de violência interpessoal, tem-se a violência física que é caracterizada por tapas, beliscões, surras usando objetos ou não, que deixam marcas e traumas na criança. Esta violência frequentemente utilizada como forma de

“educar” as crianças, varia desde pequenos tapas e chineladas ao espancamento, deixando marcas como hematomas, queimadura, lesões e, até mesmo, ocasionando a morte da criança (AZEVEDO; GUERRA, 2007). A violência psicológica está presente em todas as outras violências, porém pode ocorrer isoladamente, visto que em situações de violência sexual, pode-se usar dela para manter a criança calada:

o abuso-vitimização psicológica pode assumir duas formas básicas: a de negligência afetiva e a de rejeição afetiva. A negligência afetiva consiste numa falta de responsabilidade, [...] de interesse para com as necessidades e manifestações da criança. A rejeição afetiva caracteriza-se por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p.41).

A negligência é quando o adulto deixa de fornecer cuidados básicos a criança, é a omissão da família e do Estado diante das necessidades que a criança possui, “é um ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover necessidades básicas para o seu desenvolvimento” (CARDOSO, 2005, p.14).

Já a violência sexual ou abuso sexual⁶ constitui “todo ato ou relação sexual erótica, destinada a buscar prazer sexual” (PEDERSEN; GROSSI, 2011, p.27). Pode se dar de diferentes formas: Assédio sexual⁷, exibicionismo, incitação sexual⁸, relação sexual⁹, estupro¹⁰, *voyeurismo* e exploração sexual¹¹. Algumas formas de manifestação sexual também são reconhecidas como transtornos sexuais. Há que se destacarem os três tipos de transtornos sexuais mais conhecidos: *Voyeurismo* – “atividade em que o abusador tem prazer em observar a nudez de crianças ou adolescentes, ou ainda, após indução sua, observar os comportamentos masturbatórios ou sexualizados de crianças ou adolescentes” (CARVALHO, 2005, p.27). Exibicionismo - exposição de órgãos genitais à criança. Pedofilia¹² – atração sexual por crianças menores de 13 anos, do mesmo sexo ou do sexo oposto.

⁶ Será utilizado o termo “violência sexual/abuso sexual” por que a autora entende que todas as violências sexuais são abusivas.

⁷ Propostas e gestos, sem contato direto (CARVALHO, 2005, p.27).

⁸ Carícias, toques, masturbação (CARVALHO, 2005, p.27).

⁹ Sexo oral, anal, vaginal e genital (CARVALHO, 2005, p.27).

¹⁰ Quando a relação sexual genital é forçada, sem consentimento da vítima (CARVALHO, 2005, p.27).

¹¹ Atividades sexuais da criança com fim de comercial lucrativo (CARVALHO, 2005, p.27).

¹² A pedofilia é praticada por pais, irmãos, por todo sujeito que sente atração sexual por uma criança. No Código Penal, mais precisamente na Lei 11.829, há uma legislação que trata sobre a pedofilia na internet. Desde o ato de produzir material que contenha cenas e atos de violência contra a criança ou adolescente até quem se utiliza desses meios para sentir prazer, é considerado culpado e deve ser condenado por se utilizar e fomentar essa prática.

Para Azevedo e Guerra (2007, p. 42) abuso sexual é “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Faleiros (2000) considera abuso sexual uma ultrapassagem de limites. Deve-se entender que o abuso sexual, quando ocorre, não vem como um fato isolado, ele é desencadeado por uma série de violências que as crianças já vêm sofrendo ao longo da infância, que podem, ou não, desencadear a violência sexual.

entende-se abuso sexual como toda exposição de uma criança à estimulação sexual e todo e qualquer ato perpetrado por determinado sujeito que incluem a sedução, o assédio, o toque, o voyeurismo e o exibicionismo, a exposição à pornografia, o intercurso oral, anal, o estupro e a exploração sexual comercial, com ou sem a utilização de força física a fim de obter prazer e estimulação sexual (DÔSSIE, 2010, p. 20).

Dentre os tipos de violência sexual, existe a violência doméstica e violência intrafamiliar. A violência sexual doméstica “distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados” (BRASIL, 2011, p.15).

A violência intrafamiliar ocorre dentro do contexto familiar, podendo ser praticada por pais, irmãos, tios, avós, primos ou responsáveis “pode ser cometida dentro ou fora de casa por membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra” (BRASIL, 2011, p.15). Tal violência constitui-se como um ato de poder, no qual uma determinada pessoa (adulto ou não) ao se sentir no direito de dominar o outro se percebe como alguém maior e superior às vítimas, logo, alguém que pode ditar regras de comportamento.

É preciso destacar que a violência intrafamiliar ocorre em todas as classes sociais, desde situações de famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade social até as classes mais abastadas da sociedade. Porém, se tem mais visibilidade na classe em vulnerabilidade econômica, pois esta já está sendo atendida pelas políticas públicas. A violência é destacada como sendo “[...] “virulentamente democrática”, pois acontece em todos os extratos da sociedade, não escolhendo classe social, situação econômica ou nível cultural para se manifestar” (ALBERTON, 2005, p. 32).

Dentre os fatores que dificultam o acesso aos casos das classes economicamente mais altas, são que estas têm acesso a serviços particulares, ou seja, a maioria dos dados não vem a tona. Vê-se que a vitimação não é determinante, porém, contribui para que as crianças que já sofrem com esta violência estejam mais vulneráveis para o acontecimento daquela,

[...] a violência intrafamiliar assim como as demais formas de violência doméstica e intrafamiliar, se fazem presentes em todas as classes sociais, contudo, elas se manifestam de forma mais intensa nas famílias pobres, ou seja, que vivenciam em seu cotidiano as mais diferentes expressões da questão social (PEDERSEN, 2010, p. 47).

Existem diversos outros fatores e consequências que também contribuem para a ocorrência da violência. Destacam-se “problemas de saúde mental, tais como, dependência e abuso de álcool e outras drogas, problemas neurológicos, genéticos, história familiar passada ou presente de violência doméstica; ocorrência de perturbações psicológicas entre os membros das famílias;” (PEDERSEN, 2009, p.116).

Realizando uma retrospectiva do que fora abordado neste subitem, pode-se perceber que a violência sexual/abuso sexual intrafamiliar, não está somente ligada a fatores econômicos. Porém, a população que sofre diariamente com as desigualdades sociais, tais como falta de moradia digna, educação, trabalho precário, são as mais vulneráveis, tendo em vista a quantidade de demandas que enfrentam diariamente para sobreviver.

Como uma família, diante de tantas adversidades, dará conta de cuidar e prover proteção às crianças e adolescentes? Para que isso se consiga de fato é preciso ter um maior investimento em políticas públicas voltadas para a família, principalmente no que diz respeito à prevenção. Porém, para, além disso, é preciso ter a consciência e refletir que muitas das dificuldades enfrentadas são resultado do modelo societário hegemônico.

O próximo item retratará a apresentação sobre a política de Assistência Social, sua configuração e seu foco na família. Para isso, será feito um resgate bibliográfico sobre o significado de política, política pública, até chegarmos ao tripé da Seguridade Social e assim, nos debruçarmos sobre a política de Assistência Social.

3.3 Políticas de Atendimento a família em situação de violência sexual intrafamiliar

Considerando que o presente estudo parte de uma análise da constituição das famílias das crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar, atendidas no CREAS, e esta instituição faz parte da política de Assistência Social, focaliza-se nesta política a discussão deste subitem.

A fim de dar início a discussão a respeito de política social, proteção social e, por fim, a política de assistência social, faz-se necessário iniciar explicando o termo *política*. Segundo Pereira-Pereira (2009 apud BOBBIO, 1992) “[...] é a política que permite a organização do social como espaço instituído, historicamente construído e articulado por conflitos, propiciando a diversificação e a multiplicação de direitos de cidadania”. A política visa sempre o coletivo, o todo, o tudo. Segundo Santos (2008, p.67) “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto”. Percebe-se que a política busca resolver os conflitos da sociedade de forma não coercitiva, visando, sempre, todo o conjunto da sociedade; é uma forma adotada pelos homens para se viver em sociedade, de maneira que se não existisse política, cada um tentaria maximizar suas vontades (PEREIRA-PEREIRA, 2009).

Segundo Pereira-Pereira (2009, p.92) “a política, na sua configuração recente e restrita tem a conotação de política pública, a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma *espécie* do *gênero* política da pública¹³”. As políticas sociais são instrumentos que o Estado encontra de intervir para que os cidadãos possam acessar seus direitos (saúde, educação, alimentação, habitação, etc.), são respostas que o Estado dá as expressões da Questão Social, servem para efetivar direitos. Elas se formatam de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas e de acordo com os modelos de produção e reprodução capitalista hoje estão voltadas para o modelo neoliberal. Dentro desse modelo, as políticas sociais são condicionadas uma a outra, como, por exemplo, o Bolsa-Família que condiciona os usuários a política de educação e saúde. Elas não devem ser políticas de governos, pois as necessidades da população não são transitórias e os governos sim. Entretanto, devem ser sempre previstas nos planos de governo.

¹³ É importante lembrar que nem toda política social é pública.

Para o Serviço Social, a política social serve como ferramenta para atingir o objeto de trabalho que é a Questão Social. Segundo Mendes (2009, p. 56) “as políticas sociais se afirmam como mediações que concretizam direitos sociais, com vistas a uma melhor garantia das condições de vida da classe trabalhadora”. A palavra **pública**, em políticas públicas, remete ao fato da política ser de todos, para todos e não deve ser referenciado como algo ligado somente ao Estado. Podem ser ações na busca dos direitos dos cidadãos através de programas do Estado ou programas privados, pode-se citar como exemplo de política pública a assistência social, a saúde e a educação que são direitos outorgados pela Constituição de 1988. A política pública, segundo Pereira-Pereira (2009, p.95) “visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis”.

Tendo como política pública a Saúde, Educação e a Assistência Social, dentre outros, indica-se que a saúde é a única política que se consegue visualizar, que realmente possui um caráter de universalidade e equidade em que todo e qualquer cidadão pode ter acesso, tendo ele condições ou não de pagar por um atendimento. Quando se fala em educação percebe-se que no “papel” todos temos direito a ela, porém, a forma com que está implantada acaba sendo excludente. Na educação superior, por exemplo, nem toda a população tem acesso, apesar do governo tentar viabilizar esse acesso através de programas como Prouni e Reuni.

No que diz respeito à Assistência Social vê-se que ela é voltada para aqueles que mais necessitam. No artigo 203 da CF de 1988 indica-se que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988). A política de Assistência Social ganha status de política pública através da LOAS¹⁴, tal política faz parte do tripé da Seguridade Social junto da Previdência e Saúde formando, assim, um sistema de proteção social. “A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atualmente em vigência, propõe a consolidação da assistência social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (COUTO; SILVA, 2009, p.32).

O Sistema Único de Assistência Social organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, “ele articula os esforços e recursos dos três níveis de

¹⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promulgada a partir da Constituição de 1988, em 1993, lei nº 8.742.

governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social”.

A atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos humanos e sociais (BRASIL, 2004, p. 90).

É na família que ocorrem os primeiros processos de socialização, é ela que deve prover os cuidados necessários para que se possa ter um crescimento saudável. É nesta perspectiva que, a política de proteção social, baseia suas ações, sempre com o intuito de fortalecer as relações familiares e seu caráter protetivo, contribuindo, assim, para o pleno desenvolvimento dos indivíduos; “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (MDS, 2004, p. 90).

O SUAS é composto por duas redes de proteção social: básica e especial, sendo esta dividida em Média e Alta Complexidade. Os serviços da Proteção Social Básica são desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Serviços de Proteção Social Especial de média complexidade são oferecidos dentro nos CREAS e os Serviços de Alta Complexidade podem ser desenvolvidos por qualquer instituição que tem como objetivo abrigar usuários que não possuem mais vínculos familiares tais como asilos, abrigos para crianças, albergues.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade são trabalhados casos em que os sujeitos já tiveram seus direitos violados, mas que ainda há vínculos. Portanto, realiza-se trabalhos na perspectiva de fortalecimento de vínculos. A proteção social de média complexidade é realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a Proteção Social Especial “é a modalidade de atendimento destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, dentre outras” (CRUZ, 2009, p.230).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.3) apresenta que a Proteção Social Especial de Média Complexidade deva atender os seguintes serviços:

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O PAEFI é um dos principais serviços que o CREAS executa. De acordo com a Tipificação (2009, p.19), é o “serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos”. Este serviço oferece atendimento a indivíduos e famílias que tem seus direitos violados devido tais como:

violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões (BRASIL, 2009, s/p).

Tem como atividade, o acompanhamento das famílias através de visitas domiciliares, atendimentos individuais com psicólogas e assistentes sociais, fortalecimento de vínculos familiares através de trabalhos em grupos, busca ativa, rompimento da violência, encaminhamentos para a rede socioassistencial ou outras áreas.

É através do PAEFI, que os sujeitos passam a ter uma atenção voltada para a proteção social, visando o rompimento com a violência e fortalecimento dos vínculos familiares. Percebe-se, assim, que os serviços em sua grande maioria são voltados para o desenvolvimento de atividades junto à família, pois, se tem o entendimento que é nela que devem ocorrer as transformações necessárias para se findar o ciclo de violência. Porém, deve-se ter em mente, que para que haja uma real mudança é preciso, para além de ter acesso a esse serviço, ter, também, acesso a outras políticas públicas, pois como já se viu no subitem anterior, a família está dentro de um contexto social maior que contribui para que ocorram as violências. A esta focalização das ações, deve-se a ideia de que a família contribui, e muito, com o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Além de CREAS há outros setores de atendimento a violência que estão disponíveis para a população, tais como as Delegacias de Proteção à Mulher, Disque 100¹⁵, Ministério Público¹⁶, Conselhos Municipais de Direitos. Estes órgãos, mesmo que frágeis, estão disponíveis para a população.

¹⁵ Para mais informações, consultar o site da Secretaria de Direitos Humanos: <http://www.sdh.gov.br/disque100>.

¹⁶ Para mais informações, consultar o site do Ministério Público no Rio Grande do Sul: <http://www.mprs.mp.br/infancia>.

4 A constituição das famílias das crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar: o resultado do estudo

Este capítulo trará os resultados obtidos na pesquisa documental, realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Como já colocado no primeiro capítulo deste estudo, foi realizada análise de seis (6) casos – 3 casos em 2012 e 3 casos de 2013 –, de violência sexual intrafamiliar, contra crianças de zero (0) a doze (12) anos. Os casos foram escolhidos pelas profissionais que realizaram os atendimentos a esses sujeitos. Foram utilizados, para além dos documentos das instituições, os documentos elaborados durante o processo de estágio supervisionado em Serviço Social I e II.

Este capítulo dá visibilidade a caracterização das famílias enquanto estrutura econômica e social a partir dos prontuários preenchidos no CREAS. Em seguida apresenta-se relato geral sobre as situações de abuso sexual ocorridas. Destaca-se as expressões da questão social visualizadas a partir das histórias das famílias e os fenômenos em torno da referida violência. Ainda pontuam-se as intervenções, programas e projetos desenvolvidos pelos profissionais do CREAS no que diz respeito aos atendimentos prestados as famílias referenciadas.

Por fim são tecidas considerações quanto as intervenções do profissional do Serviço Social no âmbito do CREAS a partir dos registros, assim como reflete-se de forma geral sobre fragilidades dos espaços sócio ocupacionais que podem levar o profissional a distanciar-se de suas atribuições e concepções teóricas.

4.1 Caracterizando as famílias atendidas pelo CREAS em situação de violência sexual intrafamiliar

Destaca-se que para coleta de dados nos documentos disponibilizados optou-se por um roteiro de análise prévia com informações a serem coletadas referente a composição e caracterização familiar. Foi possível verificar que as famílias, em número de componentes, não são grandes, muito pelo contrário, são famílias consideradas pequenas. Com isso evidenciam-se as mudanças que ocorrem dentro do âmbito familiar, diferentemente de momentos históricos que revelavam um cenário de famílias numerosas. A média de componentes por família vai de 3 a 6 pessoas. Visualiza-se a quebra de preconceitos com relação a famílias de baixa

renda, em que normalmente se reproduz a ideia de que estas são numerosas, inclusive para pleitear benefícios socioassistenciais. As configurações familiares, como já bem evidenciado em capítulo anterior, sofrem mudanças, de acordo com o tempo e sociedade em que estão inseridas.

Com relação à moradia das famílias, através dos documentos, não há muitas informações sobre a realidade da moradia, o que se mostra são os números de cômodos e se as casas são próprias ou não. Evidencia-se que 5 famílias possuem casas próprias, e uma mora em moradia cedida. Apesar destas informações constarem nos documentos, não são suficientes para análise mais densa, visto que está muito aberto para diversas interpretações, que podem sequer condizer com a real condição das famílias. Fica difícil, por exemplo, ter informação a respeito da distribuição dos cômodos do domicílio, uma vez que, indica-se somente que os cômodos variam de 5 a 6. Porém é preciso saber de que forma a família se organiza dentro deste espaço, feito isso, poderá se observar que talvez a organização – privacidade dos pais, preservação de intimidade em banheiros e quartos, etc – pode influenciar ou não para a ocorrência do abuso sexual.

Com relação às características familiares e socioeconômicas das famílias, evidencia-se que cinco (5) famílias recebem benefício socioassistencial, no caso, Bolsa-família¹⁷, apenas uma não constava informação com relação a este benefício, porém já havia sido requerido a esta, material de construção para que se construísse uma peça na casa para a criança. Este histórico demonstra que de certa forma a família não possuía na época condições para tal construção.

Com relação à renda das famílias, somente uma delas recebia mais de um salário mínimo, as outras tinham renda abaixo de um salário. Somando os valores recebidos nas famílias, sem haver divisões a Família 1 e 4, tinham renda acima do salário mínimo, as Família 2, 3, 5 e 6 possuíam renda abaixo do salário mínimo. Vale ressaltar mais uma vez, que a renda foi totalizada, não havendo divisões por membros da família. É preciso trazer a tona aqui, que a análise da renda das famílias contribui para que se possa ter uma visão mais clara, da forma com que essas famílias estão organizadas, pois:

¹⁷ Destaca-se que o Bolsa - Família é destinado: O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.(MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2004)

entende-se que a vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da agressão física e/ou sexual de crianças e adolescentes, uma vez que as consequências da desigualdade social gerada pelo mundo capitalista contribuem para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais (PEDERSEN; GROSSI, 2011, p.30).

Sobre a profissão dos responsáveis pelas crianças, todos possuem empregos informais. O que se destaca é que quatro (4) das mães trabalham como diaristas/fazem faxinas. Apareceram também como profissão, entregador, soldador, trabalhador rural, serviços gerais. Duas famílias apresentavam os responsáveis como desempregados. Diante disso vem a tona a precarização do trabalho dentro do contexto familiar fruto da violência estrutural, já evidenciada no capítulo anterior. Através da violência estrutural pode-se gerar outras formas de violência. A precarização do trabalho, moradia precária, problemas econômicos, grandes geradores de estresse, rebata nas relações familiares e nos cuidados com as crianças (BRASIL, 2006).

Com relação à escolaridade evidencia-se que das seis (6) crianças, cinco (5) estão nas séries que condizem com suas idades, apenas uma apresentou problemas na escola, devido às agressões tanto físicas, quanto sexuais que estava sofrendo em casa. Carvalho (2005, p. 31) coloca como uma das consequências na esfera psicoemocional, a “queda do rendimento escolar, muitas vezes associada a uma paradoxal e exagerada assiduidade e pontualidade, sendo a criança a primeira a chegar na escola e a última a sair”.

Com relação a escolaridade dos pais, esta varia desde de analfabetismo a ensino médio completo. Percebeu-se que a maioria possui baixa escolaridade. A baixa escolaridade dos responsáveis pelas crianças pode acabar por influenciar na continuação dos estudos das crianças, porém isso não é determinante. Ainda podem contribuir para falta de entendimento em relação a encaminhamentos, políticas, legislações, neste sentido cabe aos profissionais estarem preparados para diálogos informativos para esclarecimentos contínuos.

Dos seis (6) casos analisados, na época do abuso quatro (4) casais eram casados e dois (2) eram separados. Dos quatro (4) casos com situação de casados, dois foram cometidos pela figura paterna, ou que representaria esta figura (pai e padrasto), dentro do contexto familiar. Destes dois, em uma situação ocorreu

divórcio, devido ao abuso e o outro casal continua junto. Com relação ao agressor, percebe-se que todos tinham contato e acesso direto às crianças, sendo considerados pessoas de confiança das mesmas e dos familiares conforme tabela abaixo:

Quadro 1 –Parentesco do agressor com a vítima

Parentesco com vítima	Vítima
Pai	2
Padrasto	1
Tio	1
Avôdrasto	2

Fonte: Elaborado pela autora

Com a tabela acima, visualiza-se que a maioria dos casos foram cometidos pelo pai e por pessoas substitutas na família, com isso é possível considerar que:

O abuso sexual infantil intrafamiliar, também conhecido como incesto, é definido como qualquer forma de atividade sexual entre uma criança e um membro imediato da família (pai, padrasto, irmão), extensivo (tio, avô, tia, primo) ou parentes substitutos (um adulto o qual a criança considere como um membro da família). Dos vários tipos de relações incestuosas, o mais relatado é entre pai e filha. (AZEVEDO; GUERRA, 1993 apud KRUGER; SILVA, 2013, p.19)

Outro elemento previsto a ser levantado na coleta de dados, seria o histórico de drogadição nas famílias – porém nos registros não havia considerações quanto a esta questão –. Este dado se faz importante, pois através do uso de algumas drogas, as pessoas tendem a ficar mais desinibidas – com isso não se afirma que todas as pessoas que fazem uso de qualquer tipo de drogas, tendem a abusar de crianças – não controlando impulsos. Destaca-se que o deve ser mais amplo, ou seja, o uso de algumas substâncias psicoativas, pode ocasionar uma liberdade nas pessoas, bem como desencadear fúria, o que rebate na família e neste caso, nas crianças. O uso exagerado de drogas pode gerar violência física e vir a ocorrer a violência sexual. Para Minayo e Deslandes (1998 apud HAMERSKI; FOLMER, 2013,p.93),

é bastante complexa a construção de paradigmas para investigação nessa área. Vários estudiosos têm concluído que o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamentos provocadas por efeitos psicofarmacológicos que têm como resultante a violência.

Quanto ao histórico de violência intrafamiliar nas famílias, percebeu-se que somente duas famílias, não apresentam histórico de nenhuma outra violência. Com relação a família 2, a menina de 12 anos, já havia sido molestada pelo padrasto e foi agredida novamente pelo pai, “diz chorar muito depois que ocorre a violência e recorda-se a outra violência que já sofrera do padrasto quando pequena” (Profissional 1). Para, além disso, a criança diz não ter feito a denúncia antes por medo das ameaças que o pai proferia “não denunciou o pai antes por medo, ele demonstra atitudes violentas, já tentou estrangular os irmãos e ameaça fazer o mesmo. A adolescente teme que ele faça algo com os irmãos dela” (Profissional 1).

A criança da Família 3, diz que não denunciava a agressão para sua mãe, por medo que o pai a agredisse “desde que eu era mais pequena, mas não lembro a idade, eu não gostava do que o pai fazia mas tinha medo de contar para mãe e ele me bater” (Sujeito C). Esta questão denota que de alguma forma sofria violência psicológica e até mesmo física, comprovando que muitas vezes, se não na maioria, a violência sexual é consequência também, de uma série de outras violências já sofridas pelas crianças e família. Na Família 4, o pai agredia o irmão de 11 anos, e já agrediu a mãe “o irmão de 11 anos é agressivo, o pai bate nele por ele ser assim, conta que já viu o pai bater na mãe” (Profissional 1). Aqui fica uma questão, a criança é agressiva sozinha ou porque o pai a agride? Comumente falado e estudado, a violência física tende a ser passada de geração em geração (não sendo regra), “os adultos que sofreram violência quando crianças têm maior probabilidade de se tornarem agressores” (FONTES; LIRA, 2005, p.20) sendo utilizada para a educação das crianças. No que diz respeito às consequências que mais se evidenciam, percebe-se que na escola e no convívio familiar, as crianças tendem a ter comportamentos mais agressivos, bem como baixo rendimento escolar e dificuldades de relacionamento. Outro ponto importante que deve ser colocado, é que muitas vezes o agressor coloca a criança como desobediente e por isso a aplicação de castigos corporais (PICANÇO, 2005).

A Família 6, também apresenta fatos de violência física e psicológica contra a criança e contra o irmão da vítima “o padrasto violentava fisicamente e

psicologicamente as crianças e agredia a mãe” (Profissional 2), o irmão da vítima ainda diz “sofrer maus tratos e que o padrasto agride ele com cinta. Consta também que a menina foi reprovada na escola porque sofre muito nas mãos do padrasto” (Irmão ao Conselho Tutelar). Este cenário remete considerar que:

outras formas de violência intrafamiliar podem estar associadas com o abuso sexual. Muito comumente, as crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais no contexto familiar são também vítimas de negligência, abusos emocionais e físicos (HABIGZANG, KOLLER 2005, p.342).

Na Família 1, além da vítima de 3 anos e 9 meses, suas 4 irmãs e uma prima também sofreram algum tipo de violência sexual, segundo termo de informação do Conselho Tutelar “o agressor tirou a roupa do Sujeito A e de Sujeito Aa¹⁸ e mandou as mesmas pegarem em seu pênis. Que ele disse que era um patinho para brincar, passou a mão no corpo das meninas. Sujeito Ab já havia presenciado o tio nu com Sujeito Ac e outra sobrinha Sujeito Ad”. Tirando a prima, as irmãs da vítima todas receberam atendimento psicológico pelo CREAS. Na Família 5, a irmã da vítima, de apenas 3 anos também sofreu abuso sexual pelo avôdrasto.

Famílias que já sofreram ou sofrem com outras violências tendem a reproduzi-las, este não é um fator determinante, mas ajuda a entender as diversas violências perpetuadas no âmbito familiar. No que diz respeito à violência física, nos casos abordados, ela é frequentemente utilizada para “educar” as crianças, percebe-se que nestas famílias, os vínculos familiares, já estavam fragilizados e há também o abuso de poder do pai/padrasto, perante o restante da família, ou seja, evidencia-se a “síndrome do pequeno poder” (SAFFIOTI, 2007).

4.2 Atendimento frente às expressões da questão social da violência sexual intrafamiliar

Com relação a idade das vítimas, esta varia de três (3) a doze (12) anos. Todos os casos que foram selecionados para a análise dos dados, são de crianças do sexo feminino. Conforme o Relatório Disque Direitos Humanos (2011, p.13) “em todas as modalidades de violência sexual apresentadas, as vítimas de sexo feminino são a grande maioria chegando a 80% nas situações de exploração sexual”. No

¹⁸ Os termos Aa, Ab, etc, vai ser utilizado para caracterizar os outros membros da família.

CREAS, havia casos de meninos, porém nenhum estava dentro dos critérios estabelecidos para a presente pesquisa. Diante deste dado, sendo a maioria meninas e que nenhum menino se encontrou nesses critérios, visualiza-se a violência de gênero adentra na “síndrome do pequeno poder”, como já colocado por Saffioti (2007). A cultura adultocêntrica e falocêntrica aparece para legitimar a cultura de violência contra mulheres e crianças, principalmente do gênero feminino. (AZEVEDO & GUERRA, 1995; NARVAZ, 2002A APUD DÔSSIE, 2005, p.18).

O Roteiro de Análise Documental propôs coletar informações a respeito da data de início do atendimento junto ao PAEFI e o tempo que a criança está em atendimento. A duração do atendimento as crianças, variou de 3 meses, chegando a 1 ano em alguns casos. O tempo de duração de atendimento pode indicar a forma com que a criança e a família suportam e se adaptam a nova realidade posta. O tempo de acompanhamento pode variar de acordo com a duração da violência e também varia de criança para criança. Ressalta-se que o apoio familiar pode contribuir muito para que a criança consiga se fortalecer. Os casos de maior duração de atendimento são os casos que tiveram maior tempo de abuso. Nos casos de menor tempo de atendimento, as famílias se apresentam mais dispostas a colaborar com o tratamento da vítima.

No que diz respeito ao contexto em que ocorreu a violência, quando e como se deu evidencia-se que: com a Sujeito A, a violência ocorreu na casa do tio agressor e na casa dos avós, segundo o Conselho Tutelar “a família diz nunca ter desconfiado de nada e que aproximadamente um ano que os fatos vem ocorrendo”. A violência com a Sujeito B ocorria todas as noites na sua casa, após os irmãos dormirem. Ocorria há aproximadamente um ano. De acordo com a psicóloga que atendia a menina,

Sujeito B foi morar com o pai, após sua avó ter falecido. Dormia no mesmo quarto que o pai, este na cama e ela no colchão no chão. Relatou que o pai a abusava depois que os seus irmãos iam dormir, estes dormiam em outro cômodo da casa (Profissional 1)

O Sujeito C relata que: “quando a mãe saía o pai me levava para o quarto tirava a minha roupa e colocava o pinto na minha checheca”, com relação ao período “desde que eu era mais pequena, mas não lembro a idade” (Sujeito C).

O Sujeito F “informou que ele se passa escondido de sua mãe, que não

precisa ela estar fora de casa, suspeita que sua mãe tenha desconfiado, porém nunca tocou no assunto. Sofria ameaças. Padrasto agride a mãe” (Conselho Tutelar). A violência começou quando a menina tinha 9 anos, “o irmão de 12 anos diz ter percebido há 8 meses” (Conselho Tutelar). Há uma ideia na sociedade, de que o abuso só ocorre quando não há nenhum parente ou pessoa por perto, porém Sattler (2011, p. 241) ao entrevistar alguns abusadores desmistifica essa ideia “os próprios abusadores [...] mencionaram que os abusos ocorriam, inclusive, em momentos em que havia outras pessoas presentes na casa, dormindo, assistindo à televisão ou mesmo circulando pelo ambiente”.

Diante destas informações, é possível perceber que as crianças estavam sempre sozinhas com o agressor, o que denota confiança da família e dos responsáveis por essas pessoas. É necessário pontuar também a falta de desconfiança por parte da família, evidenciada somente pelo Sujeito F, pois “o vínculo e a confiança tendem a cegar tanto a vítima quanto os adultos próximos em relação à possibilidade de abuso” (SATTLE, 2011, p. 247).

No que concerne à primeira família, esta se caracteriza como monoparental, e apresenta características, que segundo a Profissional 1, sempre mostraram ser uma família abusiva, “acreditar que a filha tenha atividade sexual fora de casa, acusá-la de promiscuidade ou sedução, ser família monoparental e superprotetora, se esforçar para ser bom cuidador” (Profissional 1). Sattler (2011) pontua que uma das características do abusador é a de sempre cooperar com a equipe, sempre mostrando ser uma pessoa que zela pelo bem estar da vítima ou então acusar a vítima de sedução.

Os abusos das famílias 4 e 5, não foram cometidos por pessoas que tinham laços sanguíneos ou relação direta com os pais das crianças, porém foram cometidos por pessoas que faziam parte da família e eram vistos pelas crianças como avôs, sendo estes dois abusos cometidos pelos “avôdrastos” (termo utilizado pelos profissionais em relatórios e anotações). O Sujeito D morava nas proximidades da casa da avó paterna “em avaliação psicológica, a menina relata sobre a violência que sofrera, contando que o marido de sua avó, o Agressor passava as mãos em seu corpo enquanto ela estava deitada, denotando violência sexual [...] a mãe conta que a filha confessou a violência, o padrasto do pai lhe passava a mão enquanto ela estava deitada” (Profissional 1).

A Sujeito E, vivia com sua família no mesmo pátio que a avó e seu companheiro, que era visto pela criança como avô, a família ficou sabendo pois a menina comentou para os professores na escola “acusado passa as mãos em suas partes íntimas e beija-as na boca” (Boletim de Ocorrência Policial). A criança relatou para a profissional que a atendeu que “o abusador passava a mão em suas partes íntimas, sempre a olhava no banho fazendo caretas e que certa vez baixou a cueca e mostrou tudo, já tentou beijá-la” (Profissional 3).

No que diz respeito às consequências que os abusos trouxeram para as crianças e para as famílias, foi possível evidenciar algumas características, através das anotações das psicólogas, muito tratadas em bibliografias sobre a temática. A vítima da F1 passou a ter problemas para dormir, quando o tio (agressor) ficou sabendo que estava sendo processado, foi até a casa dos pais da menina e tentou matar o pai da vítima com um tiro, porém errou. Diante disso, percebe-se que a violência e o descobrimento da violência, causou grandes transtornos para o abusador que rebateram na dinâmica da família, visto que a mãe declara não sair de casa e ter medo que ocorra novamente uma agressão por parte do tio, contra sua família.

A Sujeito B, “diz chorar muito depois que ocorre a violência e recorda-se a outra violência que já sofrera do padrasto quando pequena” (Profissional 1). Após denunciar o abuso, por estar na época em atendimento psicológico, morando em uma casa de acolhida, sentia-se carente e com vontade de sair da casa, querendo retornar para a convivência da família, evidenciou em muitos momentos, “ninguém mais vai se passar comigo, eu não vou deixar, não sou mais criança, sei que não pode” (Sujeito B). Para justificar a “falha” do pai, para que pudesse retornar para casa coloca que “ele disse que não vai fazer mais, fazia por que não tinha mulher”, “achei bom que o pai foi solto” (Sujeito B). Fica evidente sentimentos ambíguos, não sabe o que sente pelo pai. O mesmo sempre lhe proveu cuidados, porém a molestou, causando-lhe grande sofrimento, sente falta da família, de estar em família, sente falta dos seus irmãos, porém não quer que os abusos ocorram novamente, “por se sentir sozinha na casa, acaba por idealizar a imagem do pai, esta carente de afeto e família” (Profissional 1). A vítima demonstrava também traços de insegurança, estresse, baixa autoestima.

A criança, quando sofre violência sexual, só deve ser afastada do lar, se não for possível que o abusador se retire. É preciso priorizar que a criança seja

encaminhada para o convívio com familiares que façam parte do seu cotidiano. Entende-se que toda criança tem direito a conviver com a família, pois é no núcleo familiar que deve acontecer o processo de segurança física e emocional dos sujeitos, “a família desempenha papel essencial na vida, na formação e no desenvolvimento da criança” (AZAMBUJA, 2004, p. 83). Para além disso, pontua-se que a retirada da vítima do seu lar, pode acarretar uma revitimização e dando a entender que é ela a culpada. Não bastando o choque para a família na descoberta do abuso, que acaba por fazer as crianças se sentirem culpadas por falarem, a saída da criança pode acarretar uma maior culpabilização de si.

A Família 3, demonstra ter se reestabelecido depois dos episódios de abuso, porém em um determinado momento dos atendimentos a menina passa a apresentar algumas características “não esta querendo ir ao colégio, solicita a presença da mãe todo o tempo, apresentando ansiedade em separar-se da mãe, choro sem motivo, dificuldade para dormir, sintomatologia característica de criança que sofreu abuso”, (Profissional 3) este comportamento ocorreu pelo do fato da criança ter encontrado o pai (abusador), na cidade,

a partir deste dia que ficou sabendo que ele estava solto, passou a apresentar alguns sintomas como, tristeza, angustia, choro sem motivo, pesadelos durante o sono, medo de ficar sozinha, dificuldade de se alimentar, passou a não querer ir a escola e apresentou também dificuldade em concentrar-se (Profissional 3)/

O Sujeito D, reconhece, em um primeiro momento o seu agressor como avô, em atendimento posterior, “recusa-se a falar sobre a violência, diz que o Agressor não é seu avô e lhe causa sentimentos ruins” (Profissional 1). A criança apresentava muito medo do agressor “apresenta sintomas de medo, insegurança e raiva com o agressor e na avaliação gráfica revela sinais que demonstram “medo do vô porque ele fez uma coisa ruim” (Sujeito D) e desejo de “matar o Agressor porque ele me fez aquela coisa ruim” (Sujeito D)”, (Profissional 1).

O Sujeito E, “ainda que passando por sucessivos episódios de abusos conseguiu solicitar ajuda, contando o que estava lhe acontecendo, percebe-se ainda assim sentimentos de culpa e vergonha por tudo o que lhe aconteceu” (Profissional 3).

Sem sombra de dúvidas, os sintomas da Sujeito F, são as que mais comprovam as características evidenciadas nas bibliografias, a menina teve

dificuldade de confiar em adultos. Foi reprovada na escola devido a dificuldade de concentração, para além disso a menina também “demonstra estar profundamente abalada com a situação, [...] relutante em falar sobre os episódios de abuso, por várias vezes Sujeito F ao tentar relatar as situações vivenciadas lacrimeja e não consegue seguir seu relato” (Profissional 2). A menina apresentou ansiedade e não consegue se concentrar em sala de aula, por conta disso, reprovou de ano. Foi morar com a avó, com sua irmã mais velha e primos, construiu uma forte relação com a avó, tanto que se sentiu muito protegida por ela. A vítima ainda sentiu culpa e vergonha, pois no início, muitos não acreditavam no que ela dizia.

Para Carvalho (2005), dentre as consequências evidenciadas nas crianças vítimas de violência sexual, tem-se a desconfiança “a confiança básica torna-se comprometida pela traição e exploração sexual pela pessoa significativa e pela falha da mãe em proteger a criança da relação abusiva” (p.31). A criança vai tender a ter dificuldades em acreditar em adultos novamente, pois, aquele que deveria protegê-la não o fez, e assim acaba por generalizar a todos os adultos que a cercam.

Durante a realização da pesquisa foi possível, verificar algumas características dos abusadores. Com relação a F1, segundo relatos da mãe da vítima, o tio agressor, guardava fotos de crianças abusadas, em seu telefone, bem como uma fotografia da vítima onde estava escrito “meu amor”, se dizia apaixonado pelo Sujeito A, e que quando a mesma completasse 10 anos, ela se casaria com ele. Para a mãe da vítima o agressor “é pedófilo e abusador” (Profissional 2). Também consta que o abusador, tentou matar o seu irmão (pais da criança), com um tiro, por estar desesperado, por conta de ter sido denunciado.

No caso da F2, o abusador, possuía todas as características de um pai que praticava abuso contra a filha, como “acreditar que a filha tenha atividade sexual fora de casa, acusá-la de promiscuidade ou sedução [...] superprotetor, se esforçar para mostrar-se bom cuidador” (Profissional 1). Quando a menina foi para a casa do pai (agressor), foi encaminhado pela então assistente social do CREAS, um relatório, contendo informações sobre as condições da casa e sobre o comportamento do pai, “[...] o genitor não se negou aos cuidados destas crianças mesmo sem espaço físico suficiente de acolhê-los, porém mencionou em alguns momentos durante atendimentos de que deixaria Sujeito B na Casa de Acolhida até poder construir uma peça para ela dormir” (Profissional 4 Relatório da Assistente Social), demonstrando

assim que se preocupava com o fato da menina ter que dormir no mesmo espaço que os irmãos.

No mesmo relatório da Assistente Social também é colocado que “informo que o Sr. Agressor tem participação efetiva no grupo de pais e responsáveis oferecidos por este serviço, demonstrando interesse e preocupação com os cuidados dos filhos”. Percebe-se aqui, que o agressor, fazia de tudo para se manter presente na vida da filha, sempre mostrando muito cuidado e querendo estar perto da vítima. Muitas vezes, esses comportamentos podem ser formas de cuidados, não se deve generalizar, mas em se tratando deste caso, constata-se que ele tentava manter a vítima em “estado de sítio” (AZEVEDO e GUERRA, 2007), encurralando a vítima, para que a mesma não contasse o “segredo” deles a ninguém. Para, além disso, o agressor, depois que a vítima foi acolhida, lhe enviava presentes através dos irmãos, com dizeres, segundo a vítima de que ele (pai) havia cometido a violência “por não ter mulher” (Profissional 1).

Para a psicóloga responsável pelo caso, o pai sempre deu suspeitas, certa vez deu para a menina maquiagens, e vestidos sensuais, outra vez, raspou-lhe a cabeça, com a desculpa de que ela estava com piolhos, porém o que se percebeu, depois é que ele fazia isso, para que as outras pessoas (homens) não percebessem ela como mulher, queria lhe tirar a imagem de mulher.

Quanto ao abusador da Família 3, a mãe da vítima relata que “Sujeito C estava na cama colocando a calcinha e agressor estava no canto do quarto arrumando a bermuda. Agressor no primeiro momento negou o fato, após a mãe arrumar as coisas para voltarem para cidade, Agressor chorou e pediu desculpas” (Profissional 3). Já o agressor da Família 6, mostra-se uma pessoa amedrontadora, visto que a mãe da vítima, tem muito medo dele, e ainda continua morando com o mesmo, para além da mãe ter medo, as crianças também, pois eram agredidas fisicamente. Ao depor no Conselho Tutelar a mãe o defendeu alegando que: “disse que quanto a situação de que o padrasto da criança abusa da mesma, não é verdade, que ele é uma pessoa muito boa, sustenta os filhos que não são dele [...]”. Disse novamente que a situação gravíssima de denúncia de abuso do seu companheiro contra a criança não é verdade” (Mãe da Sujeito F). O que se pode verificar, é que a família toda, passa por sucessivos episódios de violência, e que o agressor possui ainda muito poder diante da pessoa que mais deveria cuidar, respeitar e proteger a criança: a mãe. Também se verifica através da fala da mãe a

dependência financeira “o padrasto lhe dizia que se ela contasse para a sua mãe ele iria lhe bater e parar de ajudar no sustento da casa e não compraria mais leite para o bebê” (Profissional 2).

Outro ponto que deve ser considerado chamou atenção, é que nos casos das famílias: F3 e F6, que a princípio foram o que mais tiveram tempo de abuso, a violência só parou quando os agressores foram flagrados. Na Família 3, a mãe chegou na casa e viu o agressor e a vítima vestindo-se, e ela declara que desde os 5 anos a menina faz perguntas sobre sexo. Na família 6, o irmão diz ter percebido há 8 meses, a vítima, mesmo não denotando tempo, declara que fazia muito tempo que sofria os abusos. Para além disso, consta que a mãe deve ter desconfiado, o que demonstra que os abusos poderia ter sido evitados, porém só foram interrompidos, quando um vizinho flagrou o agressor tentando matar a menina. Segue relato do irmão:

dormiam na mesma cama. Irmão dormia nos pés e que Sujeito F dormia na cabeceira com o padrasto e que na madrugada ele viu o padrasto tentando abusar da irmã, porém não foi consumado o ato sexual, mas disse que após passar um dia o ato sexual foi consumado. Disse que após esses fatos Agressor tentou matar Sujeito F ele deitou a criança no chão e dizia para a mesma não contar para a genitora quando a mesma retornasse para casa, um rapaz que trabalhava na granja que socorreu a criança e uma vizinha chamou a Brigada, porém o Agressor fugiu.

Tal comportamento mostra que as crianças (Sujeito C e Sujeito F) viviam em “estado de sítio”, visto que se as agressões não tivessem parado por conta da intervenção de terceiros, provavelmente teriam durado por toda a vida. O abuso sexual, como será evidenciado no próximo subitem, pode trazer consequências para a criança e a forma com que ele se dá, em um contexto de violência, causa à criança muita vergonha e sofrimento além do medo de não ser creditada.

Sofrer uma violência, seja qual for, muitas vezes, faz com a vítima se sinta da pior forma possível, inclusive que se culpabilize pelo acontecido. A violência sexual é a pior das violências, pois há uma violação do corpo. Inere-se nesse sentido que a violência sexual rompe com a liberdade e com a individualidade dos sujeitos, visto que transpassa os limites posto, caracteriza-se assim como um abuso de poder. A sensação de ter algo que lhe pertence tocado e rompido, a impotência diante de tal agressão, traz dor. Para, além disso, a pior das crueldades ocorre quando a violência é cometida por aqueles que são parte da família, e que deveriam

demonstrar e prezar pelo respeito e pela proteção, pessoas de confiança da criança e da família. Já é horrível ter seu corpo violado, porém a sensação da criança ao ter seu pai, padrasto, tio, avô, tocando e se utilizando da imagem e do poder de ser homem, da relação de confiança com a criança, para se satisfazer, é pior.

Dentre os tipos de abusadores Sattler (2011, p.243), pontua dois tipos comuns: o situacional e o preferencial. O tipo situacional é o abusador cujo “envolvimento erotizado com crianças não resulta de uma preferência sexual por essas. Tende a excitar-se com adultos, sendo o fator da escolha da vítima a facilidade de acesso a ela”. Este é subdividido em três categorias: situacional regressivo “costuma ter vida sexual ativa com outros adultos e não apresenta preferência sexual por crianças [...] é o acesso fácil àquela criança que se constitui o fator de escolha” (SATTLE, 2011, p. 244); situacional moralmente indiscriminado “o abuso da criança faz parte do conjunto de abusos de diferentes naturezas que pratica frente a outras pessoas [...] pode fazer uso de força e não apresenta sentimento real de culpa” (SATTLE, 2011, p. 244); e o inadequado “é representado por pessoas portadoras de psicose, retardo mental, sensibilidade ou com personalidade excêntrica, o famoso solitário. [...] apresentam falta de habilidade social” (SATTLE, 2011, p. 244).

O tipo preferencial “apresenta uma identidade sexual, uma definida preferência por crianças ou adolescentes [...] procura constantemente, oportunidades para se aproximar de crianças” (SATTLE, 2011, p. 244), apesar de ter relações sexuais com adultos, está sempre erotizando e fantasiando com crianças, “pode ter consciência do mal que o abuso causa à vítima e sofrer por isso, mas não consegue parar” (SATTLE, 2011, p. 244).

Existem ainda algumas formas que o abusador se utiliza para chegar perto da criança, os comportamentos denominam-se: o sedutor¹⁹, o introvertido²⁰, o sádico²¹. É difícil saber quando se está diante de um abusador ou não, muitos agem de forma natural, agradável, respeitosa, nada que a princípio vá demonstrar que o sujeito comete tal violência. Quando denunciados pelas vítimas, tentam ao máximo

¹⁹ Apresenta facilidade em falar e se relacionar com crianças, encantando-as com presentes e atenção. (SATTLE, 2011, p. 245).

²⁰ Não possui habilidade com as crianças então se utiliza de “comunicação verbal mínima, explorando com mais frequência, sua posição de poder” (SATTLE, 2011, p. 245).

²¹ “o prazer sexual é despertado pela dor, sofrimento da vítima, ocorre em menos escala, algo em torno de 2% a 5% dos abusos” (SATTLE, 2011, p. 245).

manterem a postura de pessoa do bem, para que assim surjam dúvidas e questionamentos quanto a veracidade do que a criança diz.

Há que se declarar aqui, a violência sexual intrafamiliar possui dois outros aspectos: Síndrome do Segredo e Síndrome de Adição “A Síndrome do Segredo”, “que está diretamente relacionada com a psicopatologia do agressor (pedofilia), que por gerar intenso repúdio social, tende a se proteger em uma teia de segredo, mantido às custas de ameaças e barganhas à criança abusada” (HABIGZANG et al, 2005, p. 342). Evidencia-se aqui, que a pedofilia, é uma patologia, doença que o abusador pode ou não possuir. Não existe crime de pedofilia no Brasil, pessoas que abusam sexualmente de crianças, são incriminadas na Lei nº 12.015 de 2009²². A “Síndrome de Adição” é um:

comportamento compulsivo do descontrole de impulso frente ao estímulo gerado pela criança, ou seja, o abusador, por não se controlar, usa a criança para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência (FURNIS, 1993 apud HABIGZANG et al, 2005, p. 342)

Na Cartilha desenvolvida pelo Conselho Nacional de Psicologia “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo” (2009), destacam-se alguns pontos sobre os abusadores que possuem Síndrome de Adição:

As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes sabem que o abuso é errado e que constitui crime; As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes sabem que o abuso é prejudicial à criança; apesar disso, o abuso acontece; [...] Os sentimentos de culpa e o conhecimento de estar prejudicando a criança podem levar a tentar parar o abuso; [...] A tentativa de parar o abuso pode levar a sintomas de abstinência como ansiedade, irritabilidade, agitação e outros sintomas (FURNISS, 1993, p. 37 apud Conselho Federal de Psicologia, 2009, p.42).

Diante destes casos, é preciso evidenciar as expressões da Questão Social, que mais se mostraram durante a coleta de informações e construção da análise. Sendo questão social, o fruto da relação conflituosa de capital e trabalho, sendo desigualdade e também resistência, “Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeito que vivenciam as desigualdades e a ela

²² Lei 12.015, de 7 de Agosto de 2009: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm

resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2007, p.28). O que mais se mostrou nos prontuários, e que se faz preciso colocar aqui é a baixa escolaridade evidenciada em todas as famílias; presença de trabalho precário e informal; rompimento de vínculos afetivos, vulnerabilidade econômica – o fato de todas as famílias também receberem benefícios socioassistenciais, como o Bolsa-Família, mostra a que elas estão submetidas – etc, ou seja, o cenário apresentado gira em torno de risco social.

Os encaminhamentos realizados para as famílias, mesmo que pouco evidenciados nos prontuários (pontuando mais uma vez a fragilidade da construção dos documentos), foram feitos. No período de estágio, foi possível perceber que a equipe sempre trabalha na perspectiva de interdisciplinaridade buscando trabalhar em rede, com os órgãos de defesa da criança como: Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Ministério Público. Para além destes serviços, também é feito o atendimento individual, acompanhamento das crianças na hora do depoimento, são feitas campanhas de prevenção ao abuso e exploração sexual infantil, a exemplo da campanha do Disque 100 “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie”²³ incorporada em 2013 pela equipe fazendo uma união a campanha de prevenção e denuncia que a instituição já possuía²⁴.

No que tange aos serviços do CREAS, a instituição possui dois grupos de convivência,

Grupo das Bonecas, conta com a participação de mães que tem seus filhos atendidos no CREAS, o objetivo do grupo é unir essas mães e ensiná-las a confeccionar bonecas, dentre outros artesanatos, para que possam estar revendendo. Grupo dos Responsáveis, tal grupo será feito quinzenalmente em todos os CRAS de São Borja, contará com palestras e oficinas (LUZ, 2013, p.11).

Pontua-se aqui também, o comprometimento da equipe em seguir a risca os encaminhamentos tentando ao máximo realizar seu papel cobrando da rede encaminhamentos. No que concerne às modificações percebidas, com certeza, pelo fato da maioria das vítimas já terem sido liberadas, é de se concluir que o atendimento e o acompanhamento surtiram efeitos, o que não necessariamente

²³ Ver vídeo da campanha do Ministério do Desenvolvimento Social: <<http://www.youtube.com/watch?v=mqh7m5lu-a8>>.

²⁴ Campanha feita nas escolas de ensino básico busca orientar e informar as crianças sobre as violências, encorajando-as a denunciarem. É utilizado áudio, uma boneca chamada Trilili e dois outros amigos dela.

torna-se regra geral. Salieta-se que os danos e marcas são eternas podendo manifestar-se de diferentes formas no histórico de vivência do sujeito. Ressalta-se ainda a importância dos profissionais de forma geral registrarem os encaminhamentos e medidas tomadas em cada situação. Este registro possibilita que novos profissionais – é muito comum a rotatividade de profissionais em setores públicos – que assumam o atendimento possam dar continuidade a partir de histórico já construído, inclusive pode auxiliar na tomada de posicionamentos quanto a encaminhamentos já ocorridos. O registro adequado também pode proteger os profissionais quanto a explicações sobre acompanhamentos realizados às famílias uma vez que torna-se cada vez mais comum Ministério Público e outras instituições solicitarem esclarecimentos aos profissionais.

Porém salienta-se aqui algumas das modificações mais evidenciadas giraram em torno do afastamento do convívio com o abusador. Sendo que duas tiveram que ser afastadas de seus lares, indo morar com outros familiares (avós) (Sujeito 2 e Sujeito 6), visto que em um o abusador era o próprio pai (Sujeito 2); e o outro a mãe não se separou do padrasto (Sujeito 6). No que tange aos benefícios do atendimento as crianças, ao iniciarem o atendimento apresentaram dificuldades em confiar e relatar o ocorrido para as profissionais, no decorrer dos atendimentos, esse quadro se modificou.

No próximo subitem, será elaborada a análise a respeito do fazer profissional do Assistente Social, tendo sido utilizados documentos construídos durante o processo de estágio I e II.

4.3 A intervenção do Assistente Social junto a famílias em situação de violência sexual intrafamiliar

Para dar início a este subitem faz-se necessário contextualizar brevemente sobre o início dos serviços de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em São Borja articulando-o ao início da inserção do profissional do Serviço Social neste espaço. Para tanto buscou-se os dados coletados durante a construção da análise institucional²⁵ elaborada durante o estágio supervisionado em Serviço Social realizado CREAS.

²⁵ Documento exigido durante o processo de estágio I, para os acadêmicos do curso de Serviço Social.

Em diálogo realizado – no período de estágio – com a profissional que acompanhou o início dos serviços no CREAS, descobriu-se que em 2006, quando ainda estava em vigor o Programa Sentinela houve inserção do primeiro profissional do Serviço Social. O atendimento era realizado somente com crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual. Tal profissional relata que existiam algumas dificuldades, desde falta de local apropriado para o atendimento das crianças, até mesmo falta de recursos como materiais e transporte. O trabalho era realizado por meio de atividades em grupo e individualmente, dependendo do caso. A centralidade dos atendimentos tinha como foco a família. Logo após o primeiro contato com a família e com a vítima era realizada visita domiciliar para posterior elaboração de estudo social, depois a criança ou adolescente continuava sendo acompanhada pelo serviço.

No total, desde o Programa Sentinela até a mudança para CREAS, sete profissionais Assistentes Sociais, passaram pela Instituição. Hoje a atual profissional teve sua inserção nesse campo de trabalho através de concurso público, o que contribui para planejamento de um trabalho continuado.

Ao fazer a pesquisa, e analisar os documentos das crianças atendidas, foi possível verificar uma fragilidade no que diz respeito a informações coletadas pela Assistente Social, este estudo, claro, não tem como objetivo fazer uma crítica a essa precariedade do serviço, porém é preciso evidenciar aqui, que muitas das informações coletadas não são oriundas da documentação do Serviço Social e sim dos relatórios e anotações das psicólogas. O que torna este subitem, um tanto que difícil de ser problematizado, pois não foi possível verificar, somente através da análise da documentação, a intervenção deste profissional, diante da demanda de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Através do estágio I e II, percebeu-se que o profissional contribui para a coleta de informações sobre as vivências, cotidiano dos sujeitos, construindo assim, junto aos profissionais da psicologia, relatórios para serem enviados aos órgãos competentes requisitadores, a exemplo: conselho tutelar, delegacia de polícia, etc. Porém, não há registros! E especificando para os casos selecionados, não há relatórios, estudos sociais, junto a documentação do Serviço Social, é importante a coleta de informações sobre as pessoas que procuram ou são encaminhadas para este serviço, pois através disso, mostra-se, em um primeiro

momento, respeito com relação a história desses sujeitos (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011).

No que diz respeito a presente pesquisa, dos 6 casos analisados via documentação, somente 2 continham informações sobre as intervenções do profissional do Serviço Social. E um deles, a profissional havia realizado anotações de todas as visitas efetuadas para a família. Em outro caso, a profissional havia construído um relatório, objetivando concessão de benefício para a família. Nos demais casos, aparecem somente dados sobre moradia, renda, saúde, da família.

É preciso destacar, que essa fragilidade no registro das informações sobre as famílias – por parte do Assistente Social –, é algo que a categoria vivencia cotidianamente, e não algo específico deste espaço. O Serviço Social tem crescido como profissão, e hoje este profissional tem sido requerido nas mais diversas áreas, atuando com as mais diversas demandas, que podem precarizar sua condição de trabalho onde muitas vezes acaba por não conseguir colocar no papel as informações das visitas e entrevistas realizadas. Pode-se dizer também que há falta de clareza, por parte do gestor (e às vezes dos profissionais) de seu papel e das demandas no espaço em que está inserido. Reflete-se neste sentido que:

É nessa perspectiva que está posta uma escolha desconexa com o projeto profissional: quando inserido como trabalhador em uma instituição ou em um espaço sócio-ocupacional, sem maior criticidade, aceitando o que lhe é atribuído, ignorando as contradições imbricadas nas relações sociais, vai se conformar uma prática alienada, que reproduz exclusão (TURCK, 2012, p.45).

Muito discutido pela categoria, é o fato de que o profissional acaba por sofrer as contradições do mercado de trabalho, pois também faz parte da divisão sócio-técnica do trabalho. Ao mesmo tempo que ele deve viabilizar os direitos do trabalhadores, é também trabalhador, possui um gestor que cobra respostas as demandas, ou seja, “um trabalhador assalariado, depende da venda de sua força de trabalho especializada no mercado profissional de trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p.172). Esta questão pode levar os profissionais a tornarem-se, meros executores da política, o que contribui para a reprodução deste perfil da profissão, indo contra ao que a categoria luta: um profissional crítico, propositivo e interventivo.

Por ser essa temática, tão complexa, há que se considerar que muitas vezes, há dúvidas sobre o papel do assistente social, diante desta demanda, afinal de

contas, em que um assistente social pode vir a contribuir quando foca-se na questão de violência? Na dinâmica do CREAS, ao chegar a denúncia de abuso sexual à instituição, faz-se uma primeira visita domiciliar, com a assistente social e psicóloga. Neste primeiro contato com a vítima, família ou somente um responsável, há um diálogo, a respeito das circunstâncias em que ocorreu a violência, e então se marca atendimento na instituição.

Nem sempre quando os sujeitos chegam na instituição, encontram o Assistente Social, pois, como já dito, as demandas na instituição são muitas e a fim de otimizar o tempo, acaba por tentar dar conta das outras demandas²⁶.

Destaca-se que para que o Assistente Social possa estar atuando e intervindo no seu ambiente de trabalho, seja qual for, é necessário ele ter conhecimento de instrumentais, para que assim ele consiga visualizar as demandas dentro de seus contextos, contradições, particularidades. Através desse instrumental poderá ficar claro qual será a melhor estratégia a ser utilizada para que ele possa intervir. O profissional deve ter em mente que a utilização dos instrumentos técnicos deve estar fundamentada em três competências: competência ético-política, competência teórico-metodológica, competência técnico-operativa.

Dentro da dimensão ético-política, pontua-se a necessidade do profissional ter em mente qual a sua posição política, diante das demandas que surgem na sociedade e que poderão vir a aparecer na instituição em que atua. Intervir assim em prol dos interesses da sociedade e em prol do projeto ético político da profissão que visa a autonomia, emancipação, liberdade dos sujeitos que buscam os serviços do Serviço Social, bem como luta pela viabilização dos direitos destes e a construção de uma sociedade em que não haja desigualdades e sim plena democracia em que os sujeitos possam usufruir plenamente de seus direitos (IAMAMOTO, 2007).

A questão teórico-metodológica, requer do profissional grande carga teórica, buscada por meio de atualizações através de leituras, cursos, etc. para desta forma conseguir dar qualidade aos serviços prestados, buscando sempre colocar em prática tais conhecimentos através de seus instrumentos, o conhecimento “não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a

²⁶ Ressalta-se aqui, que esta dinâmica apresentada, foi observada durante o processo de estágio I e II. Após a saída da estagiária da instituição, uma nova Assistente Social se incorporou a equipe, podendo assim, ter acarretado mudanças.

condução do trabalho a ser realizado” (IAMAMOTO, 2007, p.63, grifos do autor).

Destaca-se que:

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras (IAMAMOTO, 2007, p.80).

Já a competência técnica-operativa, requer de conhecimento de técnicas de intervenção, onde são utilizados instrumentos que poderão estar se utilizando para intervir na realidade posta. Saber colocar em ação tais instrumentos de acordo com a realidade torna-se fundamental. (SOUSA, 2008)

Essas três competências não são desenvolvidas separadamente e sim sempre em conjunto. O assistente social, onde quer que esteja inserido, deve atuar com base no referencial dialético crítico que por meio da teoria marxista utiliza-se das categorias: historicidade, totalidade e contradição. Através do método o Assistente Social poderá ter uma maior visão do contexto social em que estão inseridos os sujeitos, fazendo com que haja um resgate da cidadania, buscando inserção social em políticas públicas e programas que visam o fortalecimento dos vínculos familiares e a capacidade protetiva da família. O profissional pode contribuir para o fortalecimento de ações que visem o enfrentamento a violência, trabalhando no combate a estigmas e preconceitos. Neste sentido destaca-se a Lei de nº 8.662/93 que regulamenta a profissão. Visionado o cotidiano do CREAS destaca-se as seguintes competências do assistente social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III- encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população [...] V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; [...] XI- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p.18-19).

O profissional Assistente Social, dentro da instituição tem como objetivos atender as demandas que a mesma recebe, contudo as ações devem estar sempre em concordância com o Código de Ética (1993) e com a Lei de regulamentação da profissão (1993) O objeto de intervenção do profissional vai se dar a partir do conjunto de manifestações que se apresentam para ele na instituição assim como as questões demandas pelos sujeitos atendidos. Neste círculo de atuação deverá proporcionar reflexão e proposições, tendo em mente o projeto ético-político da profissão. Destaca-se:

[...] o compromisso ético-político do assistente social, balizado pelo projeto ético-político da categoria volta-se ao fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade. Na materialização deste projeto com as dimensões éticas e políticas, o fortalecimento da cidadania efetiva-se nas mediações concretas das políticas sociais no que se relaciona à institucionalização dos direitos humanos (KERN, 2009, p.160-161)

O assistente social do CREAS, deverá trabalhar na perspectiva de viabilizar os direitos daqueles que os tiveram violados, pois como já bem colocado, esta instituição tem compromisso com a proteção social de média complexidade, onde o público alvo, já sofreu algum tipo de violência ocasionando violação de direitos. Pontua-se que:

A população que se utiliza dos serviços do CREAS, é em sua maioria composta por: idosos em situação de violência física ou negligência, crianças vítimas de abuso sexual, violência física, psicológica, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, deficientes físicos vitimizados através de negligência e até mesmo abuso e moradores de rua (LUZ, 2013a, p.18).

O profissional deve atuar buscando a defesa dos direitos destes sujeitos posicionando-se em favor da “equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;” (CFESS, 2012, p.23) visando ainda trabalho interdisciplinar seguindo suas funções²⁷ estabelecidas institucionalmente e no âmbito da categoria profissional. De acordo com o que foi instituído pelo Código de Ética (1993) e Lei de Regulamentação (1993) reflete-se que:

²⁷ No CREAS São Borja, não há nenhum documento que pontue quais são as funções da profissional na instituição.

O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma, *como valor ético político central*, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a *liberdade*. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2007, p.77, grifos do autor)

O trabalho desempenhado na instituição deve ter como princípio básico a participação de todos os profissionais, de forma interdisciplinar. Todos devem contribuir para que os serviços sejam efetivados com total qualidade. Porém é fato que no CREAS São Borja – observação realizada durante o processo de estágio – houve divisão de tarefas, acordada entre a equipe executora, no que diz respeito aos atendimentos voltados a violência sexual. No primeiro atendimento individual, a Assistente Social tentava estar presente, porém, devido ao grande número de demandas e o fato de a instituição só contar com uma única profissional do Serviço Social, ficava difícil esta conseguir acompanhar os primeiros atendimentos. Diante desta situação a profissional Assistente Social, tinha seu trabalho reduzido ao preenchimento de Prontuário Social, aplicado durante a visita domiciliar realizada posteriormente. Este fluxo inclusive contribui para a falta de registro profissionais sobre os atendimentos realizados, para além do estudo social que trata-se de documento privativo do profissional do Serviço Social (CFESS, 2012). Cabe aqui salientar a necessidade dos profissionais dialogarem sobre qual matéria específica que deve ser registrada em prontuários, estudos sociais, pareceres, relatórios.

Como forma de atendimento, o Assistente Social, deve se valer de um arsenal técnico e teórico, que irá contribuir para que haja uma real apropriação da realidade. Na primeira abordagem, em casos de violência sexual a profissional do Serviço Social, deve ter em mente a necessidade de garantir a proteção da criança e do adolescente. No caso de suspeita, a equipe deve trabalhar de forma interdisciplinar em busca do conhecimento dos fatos. A proteção da criança, o sigilo, a denúncia para os órgãos competentes (delegacias, ministério público, conselho tutelar) estão entre as primeiras ações que devem ser feitas, caso o abuso seja comprovado. No caso do sigilo do profissional assistente social:

(...) Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social

tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional (...) e trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (...) a revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento (BRASIL, 2012, p.35)

Para fim de compreender a violência sexual sofrida, o Assistente Social, pode se utilizar de entrevistas. Ao usar este instrumento o profissional pode estar apreendendo mais sobre a realidade em que o usuário está inserido, tendo em vista que não se deve confiar só no que se vê, e sim se utilizar do diálogo para até mesmo perceber de que forma o usuário se vê dentro do seu contexto social e como se dão suas relações sociais. Destaca-se que:

O processo de atendimento às famílias em situação abusiva, desde o momento da revelação, passando pela avaliação inicial até o seguimento do acompanhamento, se dá a partir de sucessivas aproximações com a realidade social, econômica e relacional de cada família. Conhecer a realidade da família exige apropriar-se de informações sobre seu contexto (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011. p.271).

Para a complementação da realização da entrevista, conta-se também com a visita domiciliar, que tal como a entrevista, necessita para ser feita, de planejamento e objetivos claros, não se deve visitar só por visitar.

a visita domiciliar poderá fazer parte do protocolo de atendimento estabelecido e planejado pelo assistente social, em consonância com os demais profissionais da equipe interdisciplinar, com intuito de uma verdadeira aproximação do contexto e da dinâmica familiar. (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011. p.277).

Ressalta-se que o registro das visitas, entrevistas, diálogos, formulários representa a importância dada aos sujeitos que estão relatando suas histórias, bem como representa o “compromisso ético-profissional com o respeito à história do sujeito” (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011, p. 271). É imprescindível, que o Assistente Social, possa fazer parte do acolhimento e conhecimento da situação de abuso sexual. Ao se ter entendimento do que ocorre, pode-se ter clareza das intervenções que devem ser realizadas, bem como, saber reconhecer como que se dão os processos de produção e reprodução desta violência, podendo trabalhar na

perspectiva de prevenção. O Assistente Social tem também, como papel, conhecer a realidade social dos sujeitos para que assim possa planejar suas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado na introdução deste estudo, o interesse pela temática surgiu muito antes do início da graduação. Durante este processo, a temática se sobressaiu cada vez mais nos estudos e trabalhos apresentados. Com a inserção no CREAS, a curiosidade de entender os processos que perpassam a violência sexual, só aumentou. Entender o que faz um pai ou responsável a vir violentar uma criança, o contexto em que ocorreu a violência e a constituição das famílias das vítimas, torna-se essencial para conhecimento de realidade que mobilize intervenções profissionais coerentes com a proposta ético política da categoria profissional dos assistentes sociais.

O trabalho buscou teorizar a constituição da família, utilizando-se de referenciais que fazem o resgate histórico da família, desde seus primórdios, chegando às novas configurações familiares, com vistas às constituições que amparam estas. As novas constituições familiares emergem quando se coloca em evidência as famílias analisadas no estudo, no qual se percebeu que, hoje, a família se transforma dialeticamente. Na atualidade, não se percebe mais famílias compostas por pais biológicos e filhos o que, há tempos atrás, seria considerado horrível uma mulher se divorciar do marido. Porém, hoje, visualiza-se que há mudanças no comportamento das mulheres e dos homens. Essas novas estruturas familiares tem rebatimentos na sociedade em que estão inseridas.

O problema de pesquisa, indicado enquanto norteador das análises, pode ser respondido à medida que descobertas quanto a constituição familiar foram surgindo. Porém fica evidente que o tema não se esgota, pois, enquanto a família e dinâmica social, não existem verdades absolutas, mas indicativos de situações que podem colocar tanto os profissionais quanto as instituições em estado de alerta em relação à situação de risco vivenciada pelas famílias.

Um ponto teorizado no segundo capítulo que se comprovou durante a análise, é a Síndrome do Pequeno Poder que encontra-se presente na vida das famílias. Fica evidente que a luta por direitos iguais vai para além de ter direitos garantidos nas constituições federais. É preciso se trabalhar na perspectiva de viabilizar tais direitos e sensibilizar os sujeitos envolvidos nesses processos de produção e reprodução da violência. Foi possível ver que o machismo e a prevalência do poder masculino ainda é dominante, a começar, pelo fato dos abusos terem sido cometidos

todos por homens. A violência sexual se mostrou atrelada a outros tipos de violência, tendo como agravante a preponderância de reprodução de históricos de violência assim como revitimização dos sujeitos. Sendo a violência algo construído na/em/pela sociedade e não natural, a intervenção dos profissionais deve levar em conta os processos e a construção histórica dos sujeitos envolvidos, sempre na perspectiva de quebrar com os ciclos de violência criados.

Também é pontuado, durante o estudo, as expressões da questão que mais tiveram evidencia na análise como: a vulnerabilidade econômica e social gerada por precarização do trabalho e acesso a bens e serviços, que pode, inclusive, gerar violência estrutural culminando em outros tipos de violência, como, por exemplo, a sexual. Os danos às vítimas apresentam-se das mais diversas formas como: diminuição de rendimento escolar, medo, apatia, tristeza, dificuldade de socialização, culpa, etc. Já a família fica envolta em um cenário de silêncio e negação. Os vínculos familiares se fragilizam mesmo quando há reação em favor da vítima, imagine quando não há.

Embora haja um esforço profissional e institucional para dar conta dos programas e atendimentos realizados para suporte às famílias e vítimas, neste momento apresentam-se de forma frágil. Não há orçamento, profissionais, estrutura e planejamento para dar conta dos indicativos pontuados pelo PAEFI – Programa de Atendimento Especializado a Família, neste caso a proteção social especial fica comprometida em sua execução não dando conta de atendimento integral ao sujeito e família.

No que concerne ao Serviço Social nesta demanda, foi possível verificar que o profissional tem como relevância a busca pela compreensão do cotidiano das famílias a fim de compreender a forma com que se desenvolve a violência e os processos que perpassam na família. Ressalta-se também a importância das anotações e construção dos documentos pelo Serviço Social, visto que estes fazem parte e contribuem para entender as manifestações de violência e mudanças dentro da dinâmica familiar.

A formação em Serviço Social traz a mudança de perceber os processos que envolvem a violência presentes na sociedade de forma mais ampla. Há necessidade de despir-se de preconceitos, visionado os sujeitos como seres de direitos, vontades e desejos, em seus contextos sociais, sendo estas premissas básicas que a formação requer. A formação em Serviço Social deve possibilitar um olhar crítico

quanto às vivências dos sujeitos. Neste ponto, entra a importância do método crítico-dialético, no qual visa o protagonismo dos sujeitos e considera principalmente a historicidade dos mesmos a partir de contextos distintos que levam a atitudes diversas. Entende-se também que esses contextos são rebatimentos da sociedade como um todo, o sistema econômico e os reflexos deste nas relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, pois estes caracterizam-se por serem essencialmente sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. *Violação da infância: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam!*. Porto Alegre: AGE, 2005.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual intrafamiliar**: É possível proteger a criança?. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Vitimação e vitimização: questões conceituais*. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**. Fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014

_____. Presidência da República. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 30 nov. 2013

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica. Sistema único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>> Acesso em: 02 de jan. de 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço/Secretaria de Políticas de Saúde. –Brasília: Ministério da saúde, 2011.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **Dispõe sobre adoção**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>. Acesso em: 02 jan. 2014.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, 2009. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CARDOSO, Tereza Cristina Formiga. Conceituando a Negligência. IN: VILELA, Laurez Ferreira (coordenadora). **Coletâneas de artigos**: Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

CARVALHO, Maria Fernanda de. Abuso sexual. In: VILELA, Laurez Ferreira (coordenadora). **Coletâneas de artigos: Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

CFESS. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. ed. ampliada - 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 15 mar de 2014.

COUTO, Berenice Rojas; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema único da Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília: CFP, 2009.

CRUZ, Lílian Rodrigues da. Entre as legislações e a práxis do acolhimento para crianças e adolescentes. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Janes; AGUINSKY (Ogs.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 31.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DÔSSIE – **Violência de Gênero contra meninas**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <www.campanhapontofinal.com.br/download/new_23.pdf> . Acesso em 10 de jan. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000.

FONTES, Eneida M. LIRA, Mércia M. Fernandes de Lima. Violência Física Contra a Criança e o Adolescente. In: VILELA, Laurez Ferreira (coord.). **Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007a.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007b.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Revista **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 13, n. 71, 2002.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen [et al]. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar**: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. In: Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Cidade, v. 21, n. 3, p. 341-348, Set./Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso em: 28 fev. de 2014.

HAMERSKI, Henrique Moraes. FOLMER, Vanderlei. Violência e Uso de drogas: onde começam e terminam os problemas. In: KRÜGER, Kelly Berti. FLÔRES, Catielle (orgs.). **Violência Intrafamiliar**: discutindo facetas e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25ª edição. Editora Brasiliense, 1981.

KRÜGER, Kelly Berti. SILVA, Jorge Alexandre da. Violência sexual intrafamiliar: O papel da família na proteção de crianças e adolescentes. In: KRÜGER, Kelly Berti. FLÔRES, Catielle (orgs.). **Violência Intrafamiliar**: discutindo facetas e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

KERN, Francisco. A visita domiciliar como estratégia de intervenção. In: MENDES; Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (org.). **O sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

LEVISKY, David Léo. Uma gota de esperança. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LUZ, Maize Lizandra Nunes da. **Análise Institucional**. São Borja: UNIPAMPA, 2013^a.

_____, Maize Lizandra Nunes da. Diário de campo. São Borja: UNIPAMPA, 2013.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 13, n.71, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas. Elaboração, Análise e Interpretação de dados. 5. ed. Editora: Atlas, 2002.

_____, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches; CORRÊA, Maria Juliana Moura. **Proteção Social e a saúde do trabalhador: contingências do sistema de mediações sociais e históricas**. Revista de Políticas Públicas, v.13, n.1, Jan/Jun., 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed.1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>>. Acesso: 10 jan. 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p 667-700.

OLIVEIRA, Simone Barros. **Interfaces da Cultura da Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Tese de Doutorado (qualificação). FSS/PUCRS. Porto Alegre: 2009

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingues. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. **Revista Katálysis**, vol.9, jul/dez. 2006.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. In: **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.8, n. 1, p. 104-122, jan./jun. 2009.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, 2010.

PEDERSEN, Jaina Raqueli; GROSSI, Patrícia Krieger. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante. [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete;

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERUZZO, Juliane Feix. Sistema de proteção social na perspectiva da modernização industrial no Brasil. In.: REIS, Carlos Nelson (Org.). **O Sopro do Minuano**. Transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

PICANÇO, Marilucia Rocha de Almeida. História da Violência Contra Criança: abordagem cultural e conceitual do tema. In: VILELA, Laurez Ferreira (coord.). **Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. [entre 1995 – 2013]. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RhSbKbow5gJ:www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 set. 2013.

PRATES, Jane. O planejamento da Pesquisa Social. Revista Temporalis, nº7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

_____, Jane (Org.). Polígrafo Didático de Pesquisa Social. Porto Alegre, 2005.

_____, Jane. Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética. Material didático. Out., 2000.

QUAGLIA, Márcia de Castro; MARQUES, Myriam Fonte; PEDEBOS, Geneviève Lopes. O Assistente Social e o atendimento a famílias em situação de violência sexual infantil. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena

Mariante [et al]. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed.São Paulo: Atlas, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 17.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SATTLER, Marli Kath. O abusador: o que sabemos. . In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante [et al]. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, vol.13, n.2,jul./dez., 2010.

SOUSA, Charles Toniolo de. A Prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa: 2008, v. 8, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119>> . Acesso em: 12 fev 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política pública no século 21. **Revista Katálysis**, vol.14, n.1, jan/jun. 2011.

TURCK, Maria da Graça Maurer. **Serviço Social: Metodologia da Prática Dialética**. Porto Alegre: GRATURCK, 2012.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILELA, Laurez Ferreira (coordenadora). **Coletâneas de artigos:** Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

ZIMERMAN, David E; OSÓRIO, Luiz Carlos. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

1 Informações do (a) criança:

Nome:

1.1 Sexo da vítima;

1.2 Idade da vítima;

1.3 Escolaridade/situação de abandono escolar;

1.4 Data de início do atendimento junto ao PAEFI/Tempo que está em atendimento;

1.5 Constituição Familiar

NOME	IDADE	PARENTESCO COM A VÍTIMA	ESCOLARIDADE	TRABALHO/OCUPAÇÃO	RENDA
			-	-	
				-	
OBSERVAÇÕES:					

2 Condições habitacionais

2.1 Casa:

2.2 N° Cômodos da casa;

3 Informações da família

3.1 Recebem benefícios ou fazem parte de programas da rede socioassistencial

3.2 Escolaridade da família

3.3 Condições de trabalho e renda das famílias;

3.4 Situações de drogadição:

3.5 Histórico de violência intrafamiliar (não necessariamente sexual) na família ou pessoas próximas da vítima:

4 Informações sobre a situação de abuso sexual

4.1 Idade/período/contexto

4.2 Caracterização da situação

4.3 Consequências para a vítima e famílias/responsáveis;

4.4 Encaminhamentos e atendimentos realizados pelo PAEFI

4.5 Quais as intervenções realizadas pelo profissional do Serviço Social

4.6 Modificações na situação de abuso sexual após inserção no serviço.